



MINUTA DA ATA N.º 52/XII-3º/2019-20

1 - No dia um do mês de outubro de dois mil e vinte, pelas 21H15, no Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos, sito na Alameda Guerra Junqueiro, nº 35, no Feijó, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária de Setembro da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

(continuação)

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de frações habitacionais para realojamento de agregados familiares em situação de carência”

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de Competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2021 na área da Ação Social”

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Concessão. Exploração de Estação de Serviço de Abastecimento de Combustíveis sita na Parcela C, Quinta da Alembança de Cima, Feijó”

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Sistemas Informáticos do Departamento de Informática dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada. Designação dos membros de Júri”

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Gestão Comercial e do Atendimento do Departamento Administrativo e Financeiro dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada. Designação dos membros de Júri”

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Controlo da Qualidade da Água do Departamento de Produção e Controlo da Qualidade da Água dos SMAS de Almada. Designação dos membros de Júri”

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Gestão de Redes de Água, Drenagem e Logística dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada. Designação dos membros de Júri”

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Constituição de Direito de Superfície. Forte de Nossa Senhora da Saúde da Trafaria, frações A, B e C do Bloco 1. Universidade Nova de Lisboa”

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Carta de Princípios de Orçamento Participativo de Almada”

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Carlos Manuel Coelho Revés; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissolle Pires da Silva; Daniel



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Marina Alexandra Pereira Lopes; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Pedro Miguel Celestino Pereira; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Marques Serra e Moura Salvado (PS); Elisabete Peres Pereira (CDU); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Augusto António Brinquete Proença (PSD).

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento de José Gabriel Guiomar Joaquim; António Abrantes Almeida (CDU) por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso, Andreia Sofia Fernandes Egas, António José Olaio da Silva, José Augusto Tavares Oliveira e Joana Tavares Reis Raposo; Aurora da Conceição Marques de Almeida (CDU) por impedimento de José João Santos da Mata; Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU) por impedimento de Fernanda Maria Amaro Tavares, Tiago André Emídio de Sousa Martins (PEV), Vânia Sofia de Frias Gonçalves da Cruz, Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto, Cláudio Nuno dos Reis Silva e Maria do Carmo da Costa Frade Cândido de Almeida; Sónia Raquel Mota Faria (PSD).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.

4.1.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença da Senhora Vereadora Lina Gonzalez em substituição do senhor Vereador Miguel Salvado, do Senhor Vereador Rui Jorge Martins em substituição do Senhor Vereador José Gonçalves, do Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição em substituição da Senhora Vereadora Amélia Parda e do senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes: João António Rocha, Núria Orquídea Lourenço, Ivo Manuel Andrade da Silva e Patrícia de Abreu.

5.1.1 – O Senhor Múncipe João António Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apraz-me elogiar, neste ato público deste Município, a Senhora Presidente- Inês de Medeiros, não só pela criação de uma divisão e também pelo novo Regulamento ambos para a Augis e, pelo seu empenho demonstrado, ao longo de todo o seu mandato, tem sido determinante para resolução de tantos problemas sem fim à vista, existentes neste Município. Todavia, tenho constatado nas reuniões realizadas nos Serviços Técnicos deste Município, relacionadas com a Augi que represento, com uma maior flexibilidade e conjugação da legislação vigente - Lei nº 91/95, de 2 de setembro, Regime Jurídico da Urbanização, Plano Diretor Municipal de Almada, respetivamente, é saudável para Democracia Portuguesa que, a Lei nº 91/95, de 2 setembro, que veio definir as Áreas Urbanas Génese ilegal, emanada de um Órgão de Soberania, esteja finalmente a ser interpretada, pelos técnicos deste Município, coisa que nunca chegou a acontecer no passado recente, durante 22 anos da vigência da citada Lei, dos vários mandatos de outra força política que, predominou neste Concelho mais de 4 décadas. Acrescento também que, não seria ético da minha parte, não elogiar nesta Assembleia Municipal, os técnicos envolvidos numa matéria tão sensível como são as AUGI, Senhor Diretor Municipal e Engenheiro Gabriel Oliveira, Diretora do Departamento Urbanístico Senhora Arquiteta Ana Sofia e Senhora Doutora Tânia Carmões Chefe da Divisão das AUGI. Finalmente, passo a citar uma frase, proferida recentemente



na Comunicação Social, pela Senhora Provedora de Justiça “somos um país de boas Leis e péssimos executores”, fim de citação. Estas palavras, vão ao encontro do exposto pelo signatário, em matéria relacionada com as Augis, durante 2 décadas. Em tempo, mais uma vez relembro, a existência de estradas tipo picada, na Vila da Sobreda, as quais não sofreram quaisquer obras de requalificação, durante quase meio século, sendo um perigo constante para os transeuntes, e lamentável que, numa localidade elevada a categoria de Vila, em 20 de maio de 1993, pela Assembleia da República, se constata a existência de situações desta natureza, em pleno século XXI. Quero ainda lembrar, a todos os presentes nesta sala que, faz hoje 3 anos que, um temporal político, formado na zona dos Açores, vindo posteriormente assolar o Território Continental, mais concretamente, desde a entrada da barra sul do Porto de Lisboa, até à margem norte da Lagoa de Albufeira, o qual transportava na crista da vaga, uma bandeira com o dia da liberdade, do povo Almadense.”

5.1.2 – A Senhora Múncipe Núria Orquídea Lourenço:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou mãe de três filhos, dois deles ganharam asas e vivem numa outra dimensão. E decidi iniciar esta minha intervenção de forma a cativar a atenção de todos, para que escutem com atenção a voz de uma mãe como tantas outras, que vive com receio de toda a conjuntura atual. Todos conhecemos a situação da Escola Básica Maria Rosa Colaço, hoje decidimos estar presentes nesta Assembleia Municipal, para mais uma vez darmos voz à indignação e insatisfação que, sabendo sendo alheia à vossa vontade, consideramos que os serviços municipais, deveriam ser mais interventivos no sentido de garantir a segurança das nossas crianças. Temos cerca de duzentas crianças deslocadas na Escola do Chegadoinho, colocadas em contentores. Mas talvez devemos lembrar que a realidade de hoje não é a mesma dos anos anteriores. Vivemos uma fase pandémica. Temos duzentas crianças com duas auxiliares. No decorrer do ano letivo anterior, uma funcionária aposentou-se, lugar esse que continua por preencher e termos há cerca de 15 dias, uma outra auxiliar, com atestado médico de incapacidade temporária. O que faz com que duas funcionárias no ativo sejam obrigadas a acautelar não só a segurança das nossas crianças como também a higienização dos espaços. Nenhum de nós precisa de desenhos para facilmente compreendermos que é humanamente impossível. Como é do vosso conhecimento este verão foram recolhidos os contentores e colocados novos, que desde já agradecemos, que finalmente estes tenham vindo acompanhados de telheiros. Contudo existem variadíssimas questões que colocam estes meninos numa posição mais vulnerável à situação que vivemos e uma delas é a falta de um abrigo para que as crianças que precisam de fazer o percurso entre as escolas no autocarro disponibilizado pelos serviços. Gostaria também de salientar que, à data do início do ano letivo, os nossos meninos da escola Básica Maria Rosa Colaço, não tinham as suas salas de aula prontas e os mesmos foram recebidos nas salas da Escola do Chegadoinho e na minha modesta opinião, foram confrontar estas crianças com uma realidade completamente diferente da que vivem há quase três anos e da qual já quase não tinham memórias. O contexto de sala de aula vivido num contentor não é o mesmo. Posto isto, gostaria de cativar a sensibilidade de todos os presentes, e também agradecer aos serviços o facto, de nunca ter convocado os encarregados de educação e toda a comunidade escolar, para qualquer esclarecimento adicional, uma vez que o prazo de educação de obra que nos foi apresentado, terminou em janeiro de 2019. Voltando aos filhos com asas e para terminar e se no decorrer algo correr menos bem, eu quero ter na minha consciência que fui até onde pude ou até onde me foi permitido, na tentativa de alertar, ou tentar alterar toda esta situação.”

5.1.3 – O Senhor Múncipe Ivo Manuel Andrade da Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui em representação de todos os moradores da rua Cândido dos Reis, para mencionar alguns pontos que todos os moradores acham essenciais que sejam melhorados para todos termos melhores condições de habitabilidade na rua Cândido dos Reis. Passo então ao 1º ponto que é o simples regulamento da rua ao qual nós não temos acesso. Gostaríamos de saber quais são as regras para comerciantes e para moradores que estão nesta rua que é uma das ruas mais visitadas do nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O 2º ponto é o ruído e a música amplificada que temos na rua, pensamos que não é aceitável que exista música amplificada tanto de cantores independentes como de estabelecimentos comerciais que também contratam este tipo de serviços ou colocam equipamento deste género perturbando o bem-estar dos moradores que pensamos que tem que haver um maior controlo, talvez um licenciamento e um estudo do impacto destas atividades para todos os que moram na nossa rua. Pensamos também que não é aceitável da parte da Câmara Municipal ou das entidades reguladoras que façam este tipo de licenciamento sem saber se esses espaços têm condições para receber esses concertos quer no interior, quer no exterior. da Camara Municipal ou de outras entidades reguladoras o licenciarem-to destas atividades na rua. Solicitamos também a passagens das autoridades e a sua presença na rua a partir da hora do fecho dos bares para além da qual ficam sempre alguns grupos na rua a beber e a conversar alto e bom som até de madrugada. Sobretudo aos fins de semana, sextas e sábados. Também queremos mencionar que o lixo dos inúmeros estabelecimentos é arrastado em caixotes ruidosamente pela rua e despejado com imenso barulho a hora do seu fecho. Pelo que sabemos é proibido despejar garras no vidro á noite, coisa que alguns comerciantes, restauração e bares não respeitam. Todos os bares e restaurantes amarram com correntes de ferro os mobiliários da esplanada ao final da noite, á hora de fecho dos estabelecimentos, e cada operação destas demora cerca de 5 minutos de estridência metálica que ecoa por toda a rua repetido pelo número de estabelecimentos que as usam.

O 3º ponto o estacionamento. Gostaríamos de ter uma maior fiscalização das zonas de estacionamento sobretudo nas áreas reservadas a residentes, pela afluência da rua, os moradores veem todos os dias os lugares reservados a residentes ocupados indevidamente, chegando a não ter onde estacionar na sua zona residencial. A entidade WEMOB (ECALMA) demitiu-se completamente das suas funções reguladoras desde o COVID, e antes só laborava até as 18h, período a partir do qual os moradores começam a chegar da restauração, das zonas comerciais e bares da rua começam também a chegar. Entre a Farmácia Reis, na rua Comandante António Feio e o Posto de Turismo a circulação automóvel, fica demasiadas vezes impedida por viaturas encostadas aos pilaretes do lado da farmácia, onde não há qualquer sinalética que o proíba. Para além, do distúrbio provocado pelas buzinas de todos os que ficam ali parados, e um risco para a circulação de veículos de emergência médica e bombeiros. Na semana passada, por exemplo, foram instalados mais pilaretes neste troço, mas do lado ao posto de turismo, retirando os lugares para os residentes. Na rua Elias Garcia, a mercearia Frescos e Companhia, ocupa em permanência e há muitos anos, três lugares de estacionamento de residentes com expositores de fruta e uma carrinha que serve somente para armazém, impedindo que exista mais lugares para residentes.

4º Ponto a manutenção. A rua requer a reparação mais regular dos pilaretes automáticos que impedem a entrada de veículos nas extremidades da rua, que estão permanentemente avariados. As lajetas do pavimento da rua estão muito danificadas e há buracos ao longo da faixa pedonal pelo excesso de circulação de veículos de carga e descarga, que muitas vezes no respeitam sequer os horários estabelecidos para o fazer nesta zona específica da cidade. Exige-se também a limpeza da rua com maior regularidade, bem como de toda a cidade que chega a ser vergonhoso, pelo nível de lixo espalhado pelas ruas no chão.

5º ponto a ciclovía. Ter de ser repensada a circulação de bicicletas na rua. A ideia de ciclovía da aos ciclistas a noção de que não têm de dar prioridade aos peões e que estes é que têm de se desviar para que eles passem. Face ao aqui exposto, que já foi alertado várias vezes por email para vários Departamentos, pedimos que assim que possível sejam tomadas medidas para o melhoramento da nossa rua."

5.1.4 – A Senhora Múncipe Patrícia de Abreu:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou também mãe de uma criança na Escola Maria Rosa Colaço, venho aqui para subscrever o que a Núria disse relativamente às nossas crianças e gostaria efetivamente, reforçar que a falta de auxiliares é efetivamente preocupante porque condiciona imenso o bem-estar e segurança das nossas crianças, que já não estão em condições normais numa escola, por estarem em contentores. Isto condiciona também a ajuda necessária para as nossas crianças com necessidades efetivas especiais, porque há nesta escola e precisam deste apoio, precisam de auxiliares. A falta de espaço de recreio também é uma coisa muito importante, porque as nossas crianças têm o direito de ser crianças e têm o direito de brincar. Estão num espaço emprestado, infelizmente, há tempo



a mais. Neste caso, neste contexto pandémico, as nossas crianças não têm um ginásio para poder ter aulas de educação física. As nossas crianças estão atualmente a ter educação física num recinto de recreio emprestado, quando estiver a chover estarão debaixo de um telheiro. Isto não são condições, apelo mesmo ao vosso bom senso e a ajuda para prestar todas as condições necessárias nesta fase pandémica, para que não aconteça algo efetivamente muito grave e que se espalhe algo grave pela escola no contexto atual em que estamos a viver. Nós precisamos da vossa ajuda, entendemos que efetivamente não seja uma situação talvez tão fácil de resolver quanto isso, mas apelamos efetivamente ao bom senso e a contratar auxiliares para poderem prestar pelo menos um mínimo de condições aos nossos filhos.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vereador João Couvaneiro, da Senhora Vereadora Francisca Parreira e dos Senhores Deputados Municipais José Rocha (BE) e Luís Filipe Palma (CDU).

5.1.1 – A senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me muito brevemente antes de começar a responder, de fazer referencia que faz hoje 3 anos que todos nós, nestas 3 eleições, fomos eleitos e, portanto, começo só por dar uma palavra de parabéns a todos e dizer que tem sido um gosto trabalhar convosco em todas as sedes. Seja na Câmara Municipal, seja com as Freguesias, seja na Assembleia Municipal. Muito brevemente sobre as questões que foram colocadas, se o Senhor Presidente de Mesa me permitir, passarei depois a palavra ao Senhor Vice-Presidente e à Senhora Vereadora Francisca Parreira, mas antes queria dar aqui apenas duas notas. Relativamente à Escola Maria Rosa Colaço, penso que já o abordamos várias vezes, compreendemos e simpatizamos e solidarizamos-nos absolutamente com as vossas apreensões e garantimos que se nós conseguíssemos ser mais céleres na resolução do problema o seríamos. Não temos diminuído esforços para encontrar uma solução que não seja ainda mais penalizadora para todos. Ou seja, o pior que poderia acontecer era um embargo definitivo de obra, seja ela qual for e aí tínhamos anos pela frente. Portanto, eu sei que é um processo penoso, difícil, mas acreditem que estamos convosco. Relativamente à questão das auxiliares, o Senhor Vice-Presidente certamente irá falar também, mas dizer que tem sido em variadíssimas áreas, não apenas na área da educação, nós temos tentado ao máximo criar bolsas de funcionários, de trabalhadores que possam acudir, mas deixarei isso para o senhor Vice-Presidente que está a seguir mais de perto todo este assunto e aliás, quotidianamente. Relativamente, à rua Cândido dos Reis, aqui também a Senhora Vereadora Francisca Parreira e o Senhor Vice-Presidente, trabalham na Cândido dos Reis, poderão acrescentar mais assuntos. Dizer que nós conhecemos bem. Quero só deixar nota que todas as semanas temos a sala de sitio da Proteção Civil, enquanto estivermos no Estado de Emergência Pandémica, mas que também nos permite falar e articular com todas as forças de segurança. Dizer que tem sido uma questão permanentemente debatida, a necessidade de maior fiscalização na rua Cândido dos Reis. Quero dar nota aqui também, do pedido feito pela União de Freguesias, e de facto, há regulamentos que não estão a ser cumpridos e nem sempre os fiscais, só por si conseguem sempre fazê-lo cumprir.”

5.1.2 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, parabéns pelos 3 anos de mandato, e cumprimento em si também todos/as os/as Senhores/as Vereadores/as a quem felicito pelo trabalho que têm desenvolvido, quer com funções executivas, quer na oposição, sendo que, o contraditório e a oposição é um exercício de democracia que todos preservamos e que queremos manter. A todos/as os/as Senhores/as Deputados/as Municipais também parabéns por estes 3 anos de trabalho que tem sido intenso. Eu agradeço as questões que foram colocadas pelas duas encarregadas de educação, nós já temos varias vezes falado sobre este assunto neste espaço, e noutros, não é demais naturalmente esclarecer sobretudo porque, acompanhamos aquelas que são as preocupações que nos trazem. Desde logo e permitindo-me fazer uma breve síntese daquilo que foi o percurso histórico desta situação até aqui, sabemos que tivemos um problema, a escola foi adjudicada e o concurso foi lançado na fase final do mandato do anterior executivo, havia problemas profundos com um



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

projeto que foi a concurso, que motivaram atrasos na fase inicial da obra e depois no seu decurso também. Tentamos por tudo que a empresa que tinha ganho o concurso público se mantivesse com condições para realizar a obra, mas recentemente recebemos uma carta dessa empresa, que quis resolver o contrato dizendo que não tem interesse em manter esta obra. A situação que, como a Senhora Presidente estava a dizer e bem, e estamos neste momento em fase de clarificação porque, aquilo que menos queremos é lançar um novo concurso público sobre o qual depois possa recair uma providências cautelar que faça parar todo o procedimento. Portanto, o trabalho sobre o ponto de vista daquilo que foi o início das obras e a sua interrupção, tentamos tal como numa outra escola, a Escola da Quinta de Santa Maria, levar ao limite aquilo que eram as condições para que a empresa que ganhou o concurso público tivesse condições para realizar a obra. Relativamente às condições em que as crianças estão alojadas e estão a tira-las, eu quero dizer que, os contentores estavam colocados no primeiro dia de aulas, houve uma receção durante essa semana que foi feita num espaço da Escola, mas o ano letivo naquela escola arrancou no dia 16 e no dia 16 com muito esforço também, estavam colocados os contentores. Estes contentores de facto, têm características melhores do que os do ano passado, não sei se tiveram ocasião de conhecer os do ano passado, os profissionais de educação que lá trabalham, felicitaram porque apesar de tudo as condições são melhores, os contentores têm ar condicionado, são novos, têm hi-fi, têm tudo aquilo que permite as condições para trabalhar, naturalmente não é alvenaria, não têm as condições que gostaríamos, mas sob o ponto de vista das condições efetivas relativamente aquilo que tínhamos o ano passado, elas são francamente melhores e foram colocados os telheiros como foi referido. Quanto às questões aos cuidados de saúde e aos cuidados sanitários. Tivemos uma denuncia das condições por parte de uma encarregada de educação, e ainda bem que ela ocorreu, fomos com a Senhora Delegada de Saúde numa visita que decorreu na passada semana, e todos os problemas que tinham sido sinalizados pela Senhora Encarregada de Educação que fez essa denuncia, se verificou que estavam sanados e que sob o ponto de vista da saúde pública, os problemas que tinham sido sinalizados, não se verificavam. Naturalmente, não são as melhores condições e eu não quero naturalmente, tapar o sol com a peneira, mas ainda assim, são as condições possíveis. Face ao trabalho que foi feito, fizemos uma visita também à Escola no final do ano letivo anterior, foram introduzidas algumas melhorias nomeadamente, nos brinquedos que lá estão o baloiço, aqueles espaços foram recuperados, mas dizer que estamos a acompanhar.

Foi referida a questão das Assistentes Operacionais, todas as Assistentes Operacionais que tem a ver com o Pré-Escolar, são da responsabilidade da Autarquia e essas estão todas colocadas, há um conjunto de Assistentes Operacionais, cuja colocação depende do Ministério da Educação, e relativamente a isso temos feito contactos porque naturalmente, há responsabilidades da Autarquia, que estão resolvidas, e há responsabilidades do Ministério da Educação. Mas relativamente à Autarquia estão todas colocadas. Falaram da necessidade de uma reunião, teremos todo o gosto de realizar uma reunião com os Senhores Encarregados de Educação, com as representantes dos Encarregados de Educação, para esclarecer estas e outras questões, que temos amplamente debatido ou apresentado aqui. Quanto à rua Cândido dos Reis, eu conheço bem a rua, as pessoas que estão presentes aqui na sala, sabem que o meu Gabinete fica de facto nessa rua, há questões de facto, de estacionamento público. Foi referida a questão do pilarete, o pilarete é sistematicamente avariado, e ele é avariado eu creio que propositadamente, ele é arranjado num dia e no dia a seguir aparece avariado. Portanto, é muito difícil garantir uma resposta imediata com efeito já está há algum tempo nessas condições. Os arranjos da rua são coisas que nos preocupam, ocupação abusiva do espaço público, também, temos que viver aqui num equilíbrio difícil entre aquilo que são as condições de promoção da atividade turística e da restauração, como também as condições para que as pessoas que habitam na rua possam estar com toda a tranquilidade a que têm direito, mas quero dizer que relativamente a estes aspetos, estamos a prever a preparação e aliás, já falamos sobre isso lá fora, de retomar uma figura que já existiu naquela rua, que é a figura do zelador da rua, que de alguma forma, vai garantindo que alguns aspetos que aqui foram assinalados, possam ir sendo sinalizados junto dos serviços e das entidades que devem responder a essas questões.”

5.1.3 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Relativamente às questões que o Senhor Município Ivo Silva aqui nos deixou, relativamente à rua Cândido dos Reis, o nosso Vice-Presidente, já deu aqui alguma informação global, que considero importante e relevante e que tem que ser com esta harmonia que tem que ser encontrada, entre aquilo que é naturalmente, o desenvolvimento da atividade económica que se estabelece naquela área e também o sossego e o desfrute das residências permanentes e dos moradores que se encontram na área, que precisam naturalmente também, de conviver com esta atividade económica. Nem sempre é um binómio fácil, harmonioso e quero responder muito concretamente às questões que aqui nos colocou, a primeira que diz respeito ou não à existência de um regulamento. A rua Cândido dos Reis constituiu uma experiência piloto desta Câmara Municipal, a primeira ARU, Área de Reabilitação Urbana, em todo o Concelho de Almada. Efetivamente foi um pequeno, mas um bom exemplo de reabilitação. À data foi produzido além do mais, entre todas as tarefas que foram concretizadas e que foi um trabalho extraordinário tecnicamente preparado para aquela rua, que hoje tem um encanto e uma beleza e pode ser desfrutada como não era no passado, tem efetivamente um regulamento e esse mesmo regulamento, que constitui a norma que adequa os comportamentos quer da atividade comercial, quer dos próprios moradores, esse regulamento foi distribuído a todos aquela data. Eu tenho memória que esta ARU terá entrado em vigor no Concelho no ano de 2015, se não me falha a memória. Mas, de qualquer sorte o regulamento foi efetivamente distribuído, não tendo os moradores atuais, porque há também nestes momentos muita mobilidade de pessoas, esse mesmo regulamento é bom que o tenham, que o conheçam e ele pode ser solicitado nos próprios serviços do urbanismo da Câmara Municipal, onde teremos todo o gosto e todo o prazer, de o poder distribuir para que cada um vós participando nesta Assembleia Municipal e na vida cidadã do seu Concelho, possa conhecer as regras e possa também estabelecer os limites entre aquela que é o direito e a responsabilidade de cada um convive naquela rua. Depois dar-lhe nota que tendo também conhecimento destas preocupações como o deixou aqui dito o Senhor Vice-Presidente, nós temos feito ações conjuntas de fiscalização, com equipas multidisciplinares, e para as quais inclusivamente, temos convidado a União de Freguesias a participar. Isto para que, se possa perceber, que há também uma preocupação do lado do Município de acautelar a regulação da atividade naquela rua e se possa perceber também, que os direitos e obrigações de cada um de vós, são para cumprir. E, portanto, a Câmara Municipal está preocupada, tem um calendário de intervenções de fiscalização na área. As outras questões que coloca relativamente à regulação do trânsito, relativamente também às questões da limpeza da rua, não estão naturalmente na área da minha tutela, mas dizer-lhe que há aqui questões que exigem também, que as autoridades possam intervir e devam intervir. Não é o Município, mesmo existindo um zelador na área, que pode regular o trânsito. Efetivamente as autoridades têm de contribuir também para este desidrato, e como disse a Senhora Presidente da Câmara e bem, a sala de situação da Proteção Civil, tem sido sempre um momento importante, para que todas as entidades possam concertar e foi no âmbito mesmo dessa sala de situação, que se começaram também, naturalmente a preparar e a calendarizar estas ações de fiscalização, com equipas multidisciplinares, para que possamos ter na área mais regulação, mais sossego e uma vivência disciplinada e um modo de vida e uma qualidade de vida que todos queremos para vós e queremos também no Concelho.”

5.1.4 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para deixar aqui algumas palavras sobre o tema que nos trouxeram as Senhoras Múncipes Núria e Patrícia, até porque este é um tema sobre o qual vimos desde há muito questionando o executivo, aliás, ainda na última reunião de Câmara realizada no dia 21, o nosso Vereador em regime de substituição Luís Filipe Pereira, manifestou uma vez mais a nossa preocupação sobre a situação da Escola Maria Rosa Colaço. E apenas deixar aqui da parte do Bloco de Esquerda, a nossa solidariedade para com estes pais e alunos e dizer que continuaremos a pugnar para que este problema seja solucionado.”

5.1.5 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Desde já em nome da bancada da CDU, manifestar a nossa total solidariedade para com os pais encarregados de educação da Escola Maria Rosa Colaço, desde a primeira hora temos estado a acompanhar esta situação e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

colocamos aqui algumas questões muito concretas, relativamente a se há alguma previsão no tempo para que estas obras definitivamente possam ser executadas e começarmos um ano letivo com a qualidade de ensino que as nossas crianças necessitam e que é essa a razão principal pelo qual este assunto é trazido aqui, e já agora também, porque sucessivas vezes nesta Assembleia Municipal e em reuniões de Câmara Municipal, têm sido ditas que há problemas nos projetos, concretizem lá então e digam-nos lá quais são os problemas no projeto daquela obra, porque de facto, estamos muito curiosos para saber então o que é que é, vamos concretizar para perceber então quais são esses problemas.”

5.1.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito brevemente, até porque dois minutos não nos permite dizer em detalhe todos os problemas da obra, mas fica desde já o nosso compromisso, que o Departamento de Obras poderá fazer chegar, aliás, acompanhado com o Departamento de Educação, um relatório aos Senhores/as Deputados/as Municipais da CDU, no sentido de assinalar e indicar quais foram os vários problemas que foram identificados, não pelos nossos serviços, mas pelo próprio empreiteiro. E, portanto, daí a paragem da obra e isso é importante que se perceba, não foram os serviços da Câmara Municipal que decidiram, longe disso, que havia problemas com o projeto da obra, porque a Câmara Municipal, como devem imaginar, não tem nenhum interesse em ter uma empreitada adjudicada durante três anos parada. Portanto, muitas das dificuldades foram levantadas pelo próprio empreiteiro, de alguma maneira acusando a Câmara Municipal, de problemas de projeto e que por isso não o faziam. Esses problemas, poderei pedir aos serviços das obras que façam chegar aos Senhores/as Deputados/as Municipais, eu neste momento posso dizer que um tinha a ver com os cálculos da inclinação do terreno, outro porque faltavam matérias no projeto de especialidade, em dois minutos e meio não lhe posso explicar, não tenho tempo e vou ser franca, vou pedir os serviços as indicações técnicas desses problemas, porque para além de não ter tempo, já aprendi muitas coisas desde que aqui estou, mas não sou engenheira. Relativamente ao tempo para a conclusão, exatamente como disse o Senhor Vice-Presidente, nós estamos perante uma situação que temos que assegurar e sanar à antiga empreitada e lançar novo concurso. Tentaremos fazê-lo no melhor prazo possível. Agora, penso que os Senhores/as Deputados/as Municipais da CDU, como todos os/as Vereadores/as sabem quais são os constrangimentos e as dificuldades do lançamento de um novo concurso, mesmo que possamos encontrar um concurso de urgência que também não é certo que o possamos fazer, há sempre um prazo que é incompressível, esperando obviamente, estamos a falar de uma obra que estava avaliada em 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil uros), penso eu, e portanto, estamos a falar de uma obra muito consequente, cuja verba está de facto parada, que para no concurso terá que ter visto do Tribunal de Contas, a razão pela qual tentamos ao máximo, que a obra e a empreitada não caísse, mas como foi dito pelo Senhor Vereador, há um momento em que o concorrente que ganhou desiste, e que está para além do mais num processo de insolvência. Portanto, a questão ainda se complica mais.”

6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem do dia relativo a “Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal”.

6.1.1 – Para apresentar a informação usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Cabe à Assembleia Municipal avaliar o trabalho realizado pela Câmara Municipal através da Informação da Atividade Municipal. No período em análise, de maio a agosto, há 5 projetos das várias Direções Municipais desta Câmara Municipal, que gostaríamos de destacar, isto obviamente para além daquilo que já foi muito debatido durante estes meses, tivemos Sessões Extraordinárias desta Assembleia Municipal até em todas as questões relativas ao COVID-19 e, portanto, muito das atividades já foram aqui debatidas, e nesse sentido não iremos repeti-las. Em primeiro lugar, gostaríamos de destacar a reabertura do espaço de atendimento municipal de Mobilidade e Urbanismo, com melhores condições para os nossos trabalhadores e um atendimento agilizado para os nossos munícipes, articulando assim também, com a nova marca de Almada. Acreditamos que é uma



recuperação essencial de facto, para melhorar a relação entre os almadenses e os seus serviços municipais. Pois, melhorar o atendimento aos nossos munícipes, é uma das prioridades, pelo que o projeto também do Balcão Virtual da Câmara Municipal de Almada, que irá disponibilizar um novo canal de suporte ao atendimento online, desmaterializando os formulários e processos de troca de informação, capacitando um contacto center e alargando este serviço a todos os pontos de atendimento municipal, é algo que estamos a trabalhar muito afincadamente e que queremos ver realizado no mais breve curto espaço de tempo. Várias vezes ouvimos as dificuldades que existem no atendimento, nas respostas atempadas, num sistema de fiscalização e acompanhamento daqueles que são os pedidos, as entregas e os licenciamentos, e, portanto, é necessário este esforço de melhoria da relação com o nosso munícipe e sobretudo de prazos de resposta. Em segundo lugar, para proteger o nosso meio ambiente, o projeto da rede de recolha seletiva de bio resíduos, no Concelho de Almada, cuja candidatura foi aprovada em sede CCDR, permitirá aumentar a reutilização de reciclagem e qualidade dos recicláveis, reduzir a deposição de resíduos urbanos em aterro e reforçar a investigação de desenvolvimento tecnológico e a inovação do setor. Estamos a falar de uma candidatura na ordem dos 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) e, portanto, aqui também contamos fazer um grande investimento. Destacamos ainda o projeto em articulação com a Provedoria do Animal e os Serviços Veterinários Municipais, na construção de uma armadilha para cães errantes, que permitirá esterilizar e controlar as populações desses animais, garantindo a sua segurança e a dos restantes animais e a dos munícipes. Ainda ontem falamos desta matéria, na anterior reunião da Assembleia Municipal, já foi construído uma e continuaremos a trabalhar para construir uma segunda para resolver a questão das matilhas. Em terceiro lugar, para melhorar a mobilidade no nosso Concelho, o projeto de Reperfilamento da Estrada Florestal, já foi lançado, com um investimento de 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros), esta obra permitirá reabilitar uma via estruturante, da Freguesia da Costa da Caparica, construir uma nova ciclovia, para promover a mobilidade sustentável e contribuir para o Plano Integrado de Reabilitação da nossa frente marítima em segurança. Neste momento também já foi entregue à CCDR, todos os pedidos de pareceres prévios, relativos a esta obra, aguardamos para a pronuncia destas entidades para podermos avançar com a adjudicação da obra. Nesta frente destacamos ainda a adjudicação da empreitada de construção de percursos escolares cicláveis com 1,8 quilómetros de ciclovias na Freguesia da Sobreda, que permitirão a deslocação em bicicleta para um conjunto de equipamentos centrais da Freguesia, como a Escola Secundária Daniel Sampaio, a Escola Básica Miguelina Pombo, ou o Centro de Saúde da Sobreda. Em quarto lugar, para a proximidade aos setores mais vulneráveis da sociedade almadense, é um desígnio deste executivo, a efetivação e consolidação da linha Almada Próxima, integrada no Plano Almada Solidária. Esta linha tem se revelado uma ferramenta essencial, nos tempos que vivemos. Iniciou-se como Almada Emergência e consideramos que é importante que ela passe ser um instrumento fixo e habitual de todos os nossos munícipes. Através dela, de forma gratuita, temos disponibilizado orientação e encaminhamento, a todos aqueles que estando em situação vulnerável ou de desproteção social, necessitem de uma intervenção social imediata e urgente. Com a criação da linha, pretendemos na altura, garantir que durante a pandemia COVID-19, o fornecimento de cabazes alimentares e medicação também garantida. A consolidação desta linha, garantirá esta proximidade dos serviços com os munícipes, muito para além da pandemia, que irá terminar não sabemos ainda quando, mas para todos os efeitos, é um serviço social que queremos que se mantenha muito para além da situação pandémica. Porque as vulnerabilidades sociais se manifestam em mais do que uma forma, destacamos ainda, todo o trabalho realizado pelos serviços municipais em articulação com as Escolas, os Professores, os Encarregados de Educação, para garantir o fim do ano escolar 2019/20, e o início do ano 2020/2021. Sempre em segurança. É difícil detalhar aqui todo esse esforço, mas quero dar aqui uma palavra de facto, aos Serviços da Educação, que têm sido incedíveis, em situações muito complicadas, em condições muito difíceis, para poder atender o melhor possível, toda a comunidade escolar, obviamente, para bem-estar das nossas crianças. Em quinto lugar, porque trabalhamos diariamente para melhorar a imagem do nosso Concelho, a nova marca “Almada Território de Muitos”, lança-nos para os novos tempos e reconhece a diversidade que nos distingue e se me permitirem, a diversidade que nos une. Com uma história milenar, Almada sempre foi casa de gentes de todo o mundo e de todas as crenças, é esta a força do nosso Concelho. E numa época em que a extrema direita ganha mais força a cada dia, Almada afirma-se como um território de inclusão, de diversidade, de progresso, um território de muitos. E relativamente ao debate que tem surgido entre a palavra “muitos” e a palavra “todos”, importa lembrar que o nosso combate é reconhecer os direitos até



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

daqueles que são diferentes, seja por que razão for e que querem ser diferentes. São esses os direitos fundamentais aplicam-se de igual forma a todos, e por isso é que é importante lembrar que há diferenças e essas diferenças têm que ser respeitadas, têm que ser defendidas, têm que ser protegidas. E Almada, como Concelho que acolhe, como Concelho solidário, como Concelho justo, é um Concelho que justamente, não é porque somos muitos e podemos ser muitos diversos, que somos menos solidários, e que deixamos de defender todos aqueles que devem ser defendidos. Nesta frente, e embora seja um gesto simbólico, destacamos ainda o hastear da bandeira Arco Iris na Casa da Cerca, assinalando o Dia Internacional da Luta contra a Homofobia, Transfobia, Bifobia. Porque este território de muitos é um território de todos, porque somos um Concelho livre, porque somos um Concelho de democratas, porque somos um Concelho em que só não tem lugar quem vê na diferença uma ameaça.

Caras e caros Deputados/as Municipais, caras e caros Municípes. Fizemos isto e muito mais estes últimos meses, adjudicamos a requalificação da rua dos Pescadores, cuja obra está prestes a iniciar-se, concluímos as obras no Campo Soares dos Reis, lançamos a empreitada da ampliação do Jardim de Infância da Sobreda, que já adjudicamos em setembro e realizou-se e eu quero dar aqui uma nota especial, o 37º Festival de Almada, em segurança, reafirmando e fomos os primeiros do país, reafirmando, que em caso algum, a cultura pode ser confinada. E que em momentos de crise e em momentos difíceis, a cultura é um instrumento fundamental para justamente a salvaguarda dos laços que nos unem e dos valores que partilhamos. Assinamos ainda com o Governo o protocolo para a remoção do fibrocimento nas Escolas do Concelho, celebramos com o Senhor Presidente da República mais uma Coletividade Centenária, o Liberdade Futebol Clube, ao qual volto a agradecer o empenho e cooperação com a Câmara Municipal, na questão dos sem abrigo, num período particularmente difícil. Viabilizamos e isso é algo que nos deixa muito felizes, garantimos a saúde e a longevidade, espero eu, do nosso Almada Atlético Clube, Instituição basilar no desporto do Concelho e investimos mais de 770.000.00€ (setecentos e setenta mil euros) em compra de habitação para famílias vulneráveis. Muito mais haveria a dizer e então se pensarmos na data simbólica de hoje, ainda mais haveria, mas isso o tempo não o permitiria. O que eu quero deixar como última palavra Senhores/as Deputados/as Municipais, é que Almada continua a transformar-se, a crescer e que contamos com todos os que aqui estão, para continuar a afirmarmo-nos como um território de muitos onde todos têm lugar.”

6.1.2 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Galdes (CDU), Luís Palma (CDU), Carlos Guedes (Ind), Carlos Revés (CDU), Artur Alfama (PAN), António Pedro Maco (CDS-PP), Fátima Marras (BE), António Salgueiro (PSD), José Ricardo Martins (PS), Sónia Faria (PSD), Pedro Matias (PS), José Rocha (BE), Luís Daniel Jacinto (CDU), Ivan Gonçalves (PS). Usaram ainda da palavra os/as Senhores/as Vereadores João Couvaneiro, Francisca Parreira, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, a Senhora Presidente da Câmara e Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A primeira questão que aqui trago prende-se com as perguntas que ontem fizemos à Senhora Presidente a propósito das suas afirmações, na última reunião da Câmara Municipal, sobre segurança e condições de funcionamento das instalações fabris da empresa ETC em Porto Brandão. Relativamente a essas questões, a Senhora Presidente optou por não responder, preferindo citar a Lei que regula a atividade industrial considerada de perigosidade superior, a qual, aliás, conhecemos com bastante detalhe. A pergunta que aqui deixamos é se a Senhora Presidente da Câmara Municipal tem hoje alguma informação concreta para nos prestar sobre esta matéria, ou se se mantém confinada à transcrição da diretiva europeia relativamente às indústrias Seveso III, como são conhecidas. Se não obtivermos hoje resposta às questões que colocámos, a CDU torna desde já público que irá apresentar um requerimento formal solicitando essas informações. A segunda questão que aqui trazemos é a seguinte: o Executivo Municipal, decidiu em julho passado, abrir um processo que pode colocar em causa a manutenção de direitos laborais adquiridos pelos trabalhadores do Município ao longo de muitos anos de luta. O Grupo Municipal da CDU reafirma que esta decisão da maioria no executivo municipal poderá colocar em causa direitos adquiridos pelos trabalhadores da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados de



Água e Saneamento e da ECALMA/WEMOB ao nível da prestação de serviços médicos, da Creche/Jardim de Infância 1º de Maio e no apoio ao custo das refeições nos refeitórios municipais. A CDU entende que o caminho a seguir, ainda mais na situação de pandemia que atravessamos, não pode ser um caminho de retirada de direitos aos trabalhadores, mas sim do seu reforço e aprofundamento. O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada, reafirma a sua total disponibilidade para participar num processo que assegure não apenas a manutenção dos direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo de muitos anos de reivindicação e luta, mas que contribua igualmente para que esses direitos possam ser aprofundados no sentido da melhoria das condições de trabalho e de vida de todos os trabalhadores. Terceira questão é sobre a intervenção municipal na Fonte da Telha, perguntamos se já foi estabelecida alguma articulação entre a Câmara Municipal e o Ministério do Ambiente, relativamente ao anúncio de um plano para a área feito pelo Ministro do Ambiente fez na Assembleia da República, e que foi confirmado em diferentes ocasiões pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. Finalmente, sobre o “apagão” do sítio da Assembleia Municipal na Internet. Depois de termos colocado esta questão, por diversas vezes, em sede de reunião de representantes, e nos ter sido informado que está em curso um processo de reposição do sítio, interrogamos em que ponto se encontra este processo de reestruturação, anunciado há largos meses, e para quando se prevê a reposição e disponibilização pública integral da informação constante daquele espaço de informação municipal, que assume não apenas uma importância de grande significado em termos da informação aos munícipes, mas igualmente um imprescindível repositório histórico da atividade da Assembleia Municipal de Almada ao longo de muitos anos?”

6.1.2.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Se me permitem e uma vez que a questão foi dirigida à Senhora Presidente da Câmara Municipal, mas é matéria que envolve também a Assembleia Municipal, de forma muito sucinta e breve, dizer que temos estado a trabalhar no sentido de criar um novo site específico da Assembleia Municipal, que recupere todos os conteúdos e que amplie as valências do anteriormente existente, que por razões técnicas de incumprimento pela empresa que era responsável pela sua manutenção deixou de estar disponível, portanto, eu tenho a convicção que muito brevemente será convocada uma Conferência de Representantes para se pronunciar sobre o projeto em causa e aí com o apoio obviamente, dos serviços da Câmara Municipal porque a Assembleia Municipal não dispõe de meios próprios suficientes, eu tenho confiança de que podemos muito brevemente ter esse dossier completo. Portanto, é tudo o que eu posso dizer neste momento.”

6.1.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, sabemos que os inícios dos anos letivos estão sempre envolvidos numa enorme azáfama e os problemas habituais de todos os anos é neste ano letivo 2020/2021 agravado pela força da pandemia e pela incapacidade do Ministério da Educação em encontrar soluções para corrigir e reforçar medidas que salvaguardem a comunidade escolar e as suas famílias. Também ao nível municipal, no quadro das competências da Câmara Municipal de Almada, há aspetos que gostaríamos de ver esclarecidos e que nos pudesse fazer o ponto da situação das diversas questões que aqui trazemos. Apesar do Ministério da Educação ter disponibilizado verba para a aquisição de equipamentos de proteção individual, sabemos que a mesma é manifestamente insuficiente. O que pensa a Câmara Municipal de Almada fazer relativamente a esta situação concreta? O mesmo poderemos dizer em relação aos produtos de limpeza. Haverá reforço de verba? Também sabemos que os assistentes operacionais alocados às escolas estão muito além do que o atual quadro de pandemia exige. Poderá a Câmara Municipal de Almada indicar os números relativos a estas insuficiências e esclarecer as medidas que pensa tomar? Como estão a ser acompanhados e monitorizados os Planos de Contingência dos Agrupamentos de Escolas em relação às recomendações da DGS – Direção Geral da Saúde, considerando toda a gestão funcional que a carga horária curricular e extracurricular implicam? Como está a ser assegurado o transporte escolar atendendo aos constrangimentos da pandemia? Por último, sabemos que o teto de uma sala da Escola Básica Vale Flores caiu no decorrer do 1º semestre do ano letivo 2019/2020 e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

passados todos estes meses ainda não foi executada a obra de reparação. Há já perspetiva para a resolução desta situação?”

6.1.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, eu queria colocar algumas questões, começo por referir uma moção que foi aprovada no início deste mandato, nesta Assembleia Municipal e que preconizava a recuperação de dois painéis existentes no Pragal e na Cova da Piedade. Algum tempo passado sobre a aprovação da moção foi-nos dada informação pela Senhora Presidente que o painel do Pragal seria irre recuperável. Mas o da Cova da Piedade não, e ele mantém-se na mesma. Eu sei que aquele painel foi, creio, que uma iniciativa da Junta de Freguesia da Cova da Piedade na altura, com o apoio da Câmara Municipal, mas a verdade é que o tempo vai passando e o painel está cada vez mais degradado, com ervas a nascer no meio do painel, com azulejos partidos. Na mesma situação de degradação, está o painel do artista Albino Moura, ali na chamada rotundo dos bancos, perto do edifício dos serviços técnicos da Câmara Municipal. Eu não fiquei na altura que nos foi dito que o painel do Pragal não seria recuperável, porque a moção foi aprovada aqui, pedia que fossem consultados os artistas que participaram na execução dos painéis. Eu não fiquei muito convencido com a resposta que nos foi dada, no entanto, passados que estão quase três anos sobre Assembleia Municipal, eu gostava que nos fosse dado um novo ponto da situação sobre essa questão. Há várias moções aprovadas nesta Assembleia Municipal que depois não têm reflexo na atuação do executivo, na atuação dos serviços da Câmara Municipal e eu penso que isso seria de evitar. Outra questão prende-se com o edifício da Cooperativa Piedense. Que também está num limbo que não se percebe e o edifício permanece lá fechado e eu gostava também de deixar aqui a questão sobre se há algum avanço nesta matéria. Outro edifício é o EDP, na rua Bernardo Francisco da Costa em Almada, e gostaria também de saber se há alguma previsão de alguma utilização para aquele espaço. No decorrer do mandato anterior, foram colocados alguns oleões em vários pontos do Concelho. Eu tenho passado por alguns deles e aquilo que tenho visto não é de todo agradável. Estão muitas vezes, vários recipientes ao lado dos próprios oleões cheios de óleo no espaço público, os oleões cheios, muitas vezes de algo que não parece ser óleo domestico nem nada, é lixo, mas passam-se semanas e meses e aquilo permanece naquela situação. Portanto, gostaria de saber se há alguma previsão para melhorar este tipo de serviço que está ao dispor dos munícipes e se há alguma previsão para o alargar. Para finalizar, foi dito aqui ontem, no início da Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente, eu remeti um requerimento em junho, pedindo a documentação do processo da intervenção na Fonte da Telha, estamos em outubro e essa documentação ainda não chegou. Eu creio que já todos os prazos foram ultrapassados. Eu percebo que, algumas coisas não sejam muito agradáveis, mas nós chegamos aqui, o executivo tem 23 minutos para falar neste ponto, a Senhora Presidente da Câmara, já utilizou cerca de metade, nós todos podemos colocar uma série de questões que a Senhora Presidente e o executivo esgotam o tempo e as questões não são colocadas. Nós fazemos requerimentos e os requerimentos não recebem resposta. Não facilita o nosso trabalho, o nosso trabalho é de fiscalização da ação do executivo entre outros, mas não é de todo facilitado porque tudo o que está a acontecer neste momento. Passaram três anos deste mandato, eu por acaso queria colocar a questão sobre o site da Assembleia Municipal, é muito difícil trabalhar, querer ir pesquisar matérias passadas e não as ter disponíveis. Para nós enquanto Deputados/as Municipais, mas também para a população, para os munícipes de Almada.”

6.1.2.5 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como há outra referência ao site da Assembleia Municipal, tenho a informar os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, que já avançamos no sentido de recuperar, digamos toda a documentação que constava do site anterior, e se os/as Senhores/as Deputados/as Municipais o desejarem, enquanto não estiver disponível online, podem fazer o pedido da informação que desejarem aos serviços da Assembleia Municipal, que nos empenharemos em disponibiliza-la e se houver obviamente munícipes interessados também podem requer, é um dever de todos os serviços disponibilizar os documentos de caráter público que disponham e obviamente a Assembleia Municipal honrará esse princípio.”



6.1.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Chegou ao nosso conhecimento que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, perderam em 2019 o Selo de Qualidade de Excelência da Água para Consumo Humano, atribuído pela entidade reguladora do setor, e que os SMAS de Almada detiveram durante muitos anos sucessivos. Interrogamos o executivo municipal sobre as razões que levaram à perda deste selo, e se existem algumas expectativas que permitam prever a reposição da situação anterior?”

6.1.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fazemos a nossa intervenção sobre a atividade municipal, começando por uma breve nota sobre o desfecho da situação do canil ilegal de Santo António, uma situação que o PAN trouxe a esta Assembleia Municipal por diversas vezes e também foi questionando por requerimento. Penso que é altura de refletirmos sobre o desfecho de todo este processo, de refletirmos e essa reflexão o PAN também faz na necessidade de uma maior proatividade do Serviço Veterinário Municipal, na resolução deste assunto que, no nosso ponto de vista, poderia ter sido resolvido atempadamente sem necessidade de ter sido mediatizado, sem necessidade de ter levado o Concelho de Almada para as televisões, para os órgãos de imprensa, colocando no fundo, sobre todos nós, o peso de algum tipo de responsabilidade e de algum tipo de desleixo na resolução atempada deste caso. Ele trouxe também, esta mediatização e aquilo que aconteceu, trouxe também à tona a incapacidade na recolha dos animais, uma vez que parte dos animais que foram recolhidos, tiveram que ser colocados em FAT - Família de Acolhimento Temporário ou em Associações fora do Município. Isto reforça uma vez mais a necessidade do Centro de Recolha Oficial, do Centro de Bem-Estar Animal. Torna também evidente a necessidade de termos uma efetiva política do bem-estar animal no Concelho que a nosso ver não existe, uma política que consubstancia em normas, em regulamentos, recordamos que o regulamento animal continua a não existir, não existem normas, e em todo o manancial jurídico da Câmara Municipal de Almada, os únicos locais onde conseguimos encontrar algo relacionado com os animais, é por exemplo, no Regulamento de Resíduos, onde não obstante já ter sido por duas vezes aprovado nesta Assembleia Municipal, que alimentar animais na via pública, não poderia ser proibido, continua a ser um facto. Essas normas, esses regulamentos, esses controlos preventivos e reativos, têm que ser tão cedo quanto possível implementados, para evitar que situações como a do canil de Santos António e como outras que infelizmente proliferam no Concelho, se venham a repetir, que venham a levar o nome de Almada para os órgãos da comunicação social, e pior, venham a ter de facto, impactos na saúde e no bem-estar dos nossos animais. Também é necessário obviamente haver um investimento, investimento nas infraestruturas, mas também no apoio às famílias carenciadas que têm animais a seu cargo, aos cuidadores individuais, e a todos aqueles que no fundo substituem a Câmara Municipal de Almada naquelas que são as suas obrigações, naquelas que são as suas competências. Não podemos logicamente, deixar de refletir e elogiar sobre o apoio que tem sido prestado às associações, a criação da figura do Provedor, mas há situações que carecem de uma intervenção que é cirúrgica e que não se resolve com, digamos assim, um analgésico. Em relação ao parque das matilhas. Gostaríamos de deixar aqui uma questão, ontem esteve aqui a Senhora cidadã Andrea Vasques, que nos colocou a problemática da matilha dos Capuchos, um assunto que já conhecíamos. É referido na atividade municipal, o projeto 4, de parque de matilhas. No entanto, o que lá está a ser referido são armadilhas, não são parques. Portanto, as armadilhas servem para a captura, tudo bem, esterilização, a questão é que há animais que não são adotáveis, como a Senhora Presidente disse ontem e muito bem, e esses animais não tendo um centro de bem-estar para estarem colocados e não tendo o referido parque de matilhas, não têm local e se devolvidos à rua, vão ter basicamente um problema muito semelhante. Portanto, gostaríamos de saber, em relação aos parques de matilhas e não às armadilhas para matilhas, qual é o ponto de situação e o que é que está previsto ainda para mais porque foi uma proposta que foi aceite aqui na última Assembleia Municipal. Depois também deixarmos uma nota acerca das ciclovias. Nós também fizemos um requerimento relativamente à questão dos percursos escolares cicláveis e um que foi também referido pela Senhora Presidente na sua introdução. Não obstante, o nosso requerimento e a competente resposta que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aguardamos, gostaríamos de saber se é possível dar-nos algum tipo de informação sobre aquele projeto em concreto, uma vez que nos chegaram várias perguntas de cidadãos e cidadãs interessadas e preocupadas com o facto de, de acordo com o projeto e de acordo com aquilo que é possível verificar, o espaço pedonal ser no fundo partilhado com o espaço ciclável, o que constituirá uma violação do próprio Código da Estrada. Gostaríamos de saber e de ter algum tipo de informação se for possível sobre esta situação. Depois ainda com referência a uma moção que também aqui fizemos aprovar há algum tempo sobre a sinistralidade rodoviária, gostaríamos de saber se está a ser feita alguma coisa, se estão sinalizadas zonas como por exemplo, a Estrada de Algazarra ou a zona da Romeira, que são zonas críticas do nosso Concelho, se estão sinalizadas e se existe previsão de algum tipo de intervenção nestes locais. Para terminar, aproxima-se o inverno, aproxima-se uma altura complicada em termos de fenómenos climáticos, preocupam-nos zonas sensíveis do nosso Concelho e populações que lá habitam, gostaríamos de saber a este propósito, como está a situação da Fonte da Telha, mas também um pouco mais a norte, o que está previsto para os parques de campismo, no seguimento também de compromissos que foram assumidos pelo executivo e neste contexto crescente de ameaça climática aos locais mencionados.”

6.1.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP aproveita este período da Ordem do Dia, para colocar algumas questões e para fazer e relembrar aqui algumas observações. Recordando novamente e aquilo que o CDS-PP ontem aqui referiu do dia comemorativo que a Senhora Presidente da Câmara há pouco também iria referir, hoje saudamos o Dia Internacional dos Idosos, quero recordar esse facto, e quero também, neste caso, encorajar a Câmara Municipal, para continuar a aplicar as políticas locais dentro da sua responsabilidade e que possa levar também essa voz de tudo aquilo que seja necessário fazer ainda em termos de matéria e de políticas sociais para os nossos idosos, saudando este mesmo dia e relembrando, aquela que tem sido ao longo dos tempos uma proposta do CDS-PP para implementar no Concelho de Almada, como já existe noutros Concelhos, que é o Provedor do Idoso, que com certeza iria ajudar imenso a dirimir algumas questões e dar um apoio mais formal a todos aqueles que necessitam de mais auxílio, de mais ajuda. Depois ainda saudar e ontem falei nesta questão, saudar a questão do movimento associativo e relembrar mais uma vez o dia 1 de outubro onde a Incrível Almadense faz os seus bonitos 127 anos. Ainda em relação e já foi aqui também falado, a questão da segurança rodoviária e os dados do RASI – Relatório Anual de Segurança Interna, do ano passado, neste caso informam-nos de uma subida da sinistralidade rodoviária. E neste caso, o CDS-PP quer reconhecer e saudar aquela intervenção que foi feita por parte da Câmara Municipal, relativamente às passeadeiras um pouco por todo o Concelho que, é uma ajuda para que possa diminuir essa sinistralidade rodoviária, relembrando aquela que foi a proposta que o CDS-PP, que apresentou aqui, salvo erro, o ano passado, para a criação do observatório da segurança rodoviária e Senhora Presidente da Câmara, seria bom e útil que também pudesse ir para a frente esse mesmo observatório e que desse origem ao Plano de Segurança Rodoviária Local. Indo aqui a outra questão e é uma questão que o CDS-PP tem trazido constantemente já nos anteriores mandatos, a esta mesma Assembleia Municipal, e tem a ver com a AlmaSã Externato Zazzo. Gostaria de saber qual o ponto da situação naquilo que poderá ser a ajuda e a intervenção da Câmara Municipal direta ou indiretamente, nesta instituição que muito tem feito pelos seus alunos. Relembrar ainda, que nesta altura do ano, vamos entrar agora no inverno, aquela zona circundante ao Externato Zazzo, normalmente o piso é muito irregular e, portanto, constantemente os responsáveis do Externato, pedem e solicitam à Câmara Municipal, já solicitaram anteriormente noutros executivos, para que possam cuidar mais do espaço, da forma a que possam se deslocar de uma forma mais adequada. Entrando nas questões da atividade municipal dos últimos três meses. Questões que têm a ver com o apoio ao investimento, o processo para o Estabelecimento de Atividade Produtiva e Inovadora do Concelho, e a questão é: quantos processos deram entrada nos últimos três meses na Câmara Municipal e em que áreas? Ainda uma saudação pela integração na APP Descubra Portugal, questões que têm a ver com o turismo e o nosso Concelho ainda está nesta grande zona de Lisboa, ainda tem muito para dar em termos de turismo, muito para desenvolver, e, portanto, é uma matéria bastante sensível, mas também bastante motivadora, para que possa haver planos devidamente integrados, conjuntos para que possamos desenvolver a nossa Cidade e o nosso Concelho em



termos de turismo. E a questão que eu aqui deixo tendo em conta aquilo que vem explano no documento, da reunião com os Empreendimentos Turísticos do Concelho de Almada e a reunião com o Observatório do Turismo de Lisboa. Senhora Presidente da Câmara se nos pode indicar quais as conclusões destas mesmas reuniões e o âmbito das mesmas. Depois aqui uma questão que tem a ver com o impacto económico no turismo no Concelho de Almada, no período em que estamos a viver, e se já temos dados de qual o impacto económico no turismo e na restauração, tendo em conta a crise que estamos a passar, esta crise de pandemia mundial.”

6.1.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre o documento em discussão não encontramos grandes motivos para reparo e como vem sendo nosso hábito, o Bloco de Esquerda aproveita este período de debate sobre a atividade municipal para abordar algumas situações que ocorrem no nosso Concelho, sobre as quais não podemos deixar de alertar e manifestar a nossa preocupação. Algumas das questões que hoje entendemos pertinentes salientar dizem respeito à Trafaria, que como aliás, é do vosso conhecimento, foi uma mais fustiga por fortes ventos e marés vivas, que evidenciam as fragilidades daquela Vila piscatória. Muitos pescadores viram as suas embarcações sofrerem danos significativos, o que naturalmente veio aprofundar as dificuldades para quem esta atividade é a única forma de sustento. Estes acontecimentos reforçam a necessidade de construção de um porto de abrigo, há muito reivindicado pelos pescadores da Trafaria. Senhora Presidente da Câmara, ao longo deste mandato e em várias Sessões da Assembleia Municipal, o Bloco de Esquerda tem questionado este executivo sobre a necessidade de intervenção no local, onde estão situados os abrigos dos pescadores. Temos feito referência à urgência da construção de uma nova lota, construção esta iniciada há alguns meses, mas que na verdade não se concluiu e até à data continua inativa. É, portanto, sem surpresa que os pescadores continuam sem perceber o porquê da existência de uma nova construção para este fim, se no final de contas estes mesmos continuam obrigados a utilizar a mesma lota que está completamente obsoleta e sem um mínimo de condições. Perante esta inércia, surgem-nos um conjunto de questões que gostaríamos que a Senhora Presidente nos respondesse de forma o mais direta possível. Para quando a entrada em funcionamento da nova lota? Para quando a solução para os abrigos? Para quando a remoção daqueles barcos ou melhor dizendo daquelas carcaças que continuam abandonadas naquele espaço entre a lota e os abrigos? A realidade é que toda esta zona tem sido negligenciada por parte de quem tem a responsabilidade de zelar pelo bem-estar da população. Para quando a resolução de todas estas situações que tanto transtorno causam aos habitantes desta Vila do Concelho. E já agora, não podemos deixar de falar sobre o enorme buraco no passeio Ribeirinho, junto à estação fluvial da Transtejo que para além de impactar de forma tão negativa a mobilidade de quem visita esta zona ribeirinha, constitui um perigo iminente para quem ali circula. Ainda mais, quando este buraco afeta a base de sustentação de dois dos postes de iluminação no local, originando assim uma acentuada inclinação que carece também de urgente intervenção pela entidade competente para o efeito. Ainda uma referência ao 2º Torrão. Reconhecemos todos seguramente, a precaridade das habitações e a vulnerabilidade social e económica dos moradores deste bairro, constantemente expostos aos riscos ambientais e afetados uma vez mais pelos fortes ventos e marés vivas durante este mês de setembro. Dito isto, as questões que gostaríamos de colocar são: o que é que está a ser feito no momento e quais os planos para realojamento destas famílias? Uma última questão que entendemos relevante mencionar nesta nossa intervenção, tem a ver com os parques de campismo da Costa da Caparica, referindo num primeiro ponto o caso específico do parque da INATEL. Notícias divulgadas recentemente nos vários órgãos de comunicação sobre a situação de algumas famílias, que por carências económicas se viram obrigadas a ali residir em regime de permanência e que devido à necessidade da execução das obras neste parque se encontram na iminência de terem de viver na rua. Perante esta situação gostaríamos de saber qual é a resposta do executivo para encontrar uma solução alternativa para estas famílias até à conclusão das obras? E um segundo ponto, numa perspetiva mais generalizada tem a ver com o facto de os residentes em permanência nos parques de campismo da Costa da Caparica, não constarem do levantamento das necessidades habitacionais do Concelho. E por isso, perguntamos à Senhora Presidente se existem projetos para a deslocalização destes parques e que medidas pensa este executivo adotar para uma solução definitiva.”

6.1.2.10 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à atividade municipal destes meses e desenvolvida pela Câmara Municipal, gostaria de destacar algumas ações incrementadas neste período. Na área dos Espaços Verdes, realizou-se um procedimento para aquisição de serviços do controlo da Lagarta do Pinheiro e outras espécies. No que se refere ao lançamento de uma nova aplicação digital de divulgação da Rede Municipal de Parques e Jardins, desenvolveram-se os conteúdos informativos relativos ao Parque Aventura, do Jardim do Convento dos Capuchos e do Jardim do Rio. Deu-se apoio técnico à obra de espaços exteriores do Continente Bom Dia, na Sobreda. Desenvolveu-se uma proposta de requalificação para a frente dunar na Av. General Humberto Delgado, na Costa da Caparica. Elaboraram-se diversos pareceres técnicos relativos a alguns projetos dos quais se destacam os arranjos exteriores para a Ampliação da Escola Básica nº 1 da Trafaria e do Jardim de Infância do Alto do Índio, e também a requalificação da Praceta do Porto de Lisboa, na Trafaria, e ainda o projeto de arquitetura paisagista do loteamento da Quinta da Areia, no Feijó. Executou-se a plantação de material vegetal e o sistema de rega na nova floreira na Av. D. Nuno Álvares Pereira, em Almada, promovendo-se a reconversão da fonte junto à Oficina da Cultura. Instalou-se novo mobiliário urbano, nomeadamente floreiras e bancos, no Largo Vasco da Gama e na Av. General Humberto Delgado, na Costa da Caparica. Relativamente aos Parques Infantis, estes encontram-se ainda encerrados pelo governo devido à pandemia, mas temos desenvolvido uma série de remodelações e manutenções. No que se refere aos Parques Urbanos, concluíram-se os projetos de iluminação do estacionamento do Parque da Paz, junto ao Chegado e do Parque Urbano do Pragal. Finalizou-se o plano para reforço e remodelação do mobiliário urbano. No que respeita ainda ao Parque Urbano do Pragal concluiu-se o projeto de pormenorização de estadias, caminhos, muros e fez-se o acompanhamento da obra de acessibilidades ao parque infantil e demais envolventes. Relativamente ao Serviço Cemiterial deu-se início à prestação de serviços de manutenção de espaços verdes do Cemitério de vale Flores, incluindo o corte de infestantes nas zonas de inumação. No que se refere ao Serviço Veterinário Municipal realizou-se uma ação conjunta com o SEPNA da GNR de sensibilização a munícipes sobre o cuidado a ter com os cães no âmbito da Covid-19. Instalou-se a primeira armadilha para matilhas na praia da Cabana do Pescador. Elaborou-se o catálogo com animais do CRO – Centro de recolha Oficial tendo em vista a adoção e a divulgação nas redes sociais da Câmara Municipal, e inaugurou-se o novo posto de vacinação no CRO – Centro de Recolha Oficial e deu-se início à construção de 10 novas boxes para abrigo de cães. No que se refere à Área da Educação e Sensibilização Ambiental, coordenou-se a candidatura de várias praias ao galardão Bandeira Azul. Procedeu-se à dinamização de várias atividades de educação ambiental no âmbito da Bandeira Azul com a realização de 7 ações do tema “Gincana Oceanos de Vida” e de outras 7 sobre “Descobre a tua Pegada Ecológica”. Submeteu-se as candidaturas da Praia do Paraíso e da Praia da Rainha ao programa “Praia Acessível, Praia para Todos!”, tendo um galardão sido atribuído a estas duas praias. Fez-se a atualização da lista de estacionamento de bicicletas no Concelho, incluído a sua georreferenciação e a inserção no Google Earth no total de 70 locais e 210 unidades. Realizou-se a articulação com a Autoridade Sanitária e Veterinária Municipal, sobre as condições de funcionamento dos Mercados Biológicos e Mercado da Horta no Parque da Paz, tendo em vista a divulgação das normas a observar por vendedores e visitantes. No que respeita à nova plataforma “Descubra”, articulou-se com a Divisão de Turismo a elaboração de conteúdos de texto e fotográficos relativos a uma seleção de parques e jardins do Concelho. Relativamente à Área da Inovação, Clima e Energia foram efetuadas análises de dados da qualidade do ar ambiente em Almada, com o intuito de avaliar a redução de emissões de gases e partículas resultantes do tráfego rodoviário no período de confinamento. Em articulação com a Divisão de Limpeza Urbana realizou-se a compilação de 21 registos de arrojamentos de cetáceos no litoral de Almada no âmbito da participação do município na Rede Nacional de Arrojamentos coordenada pelo ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas. Em conjunto com a Provedoria dos Animais de Almada, efetuou-se a análise e avaliação da metodologia a adotar para a erradicação de espécies de tartarugas exóticas do Parque da Paz e implementação de plano de sensibilização ambiental associado. No que respeita às Hortas Municipais de São João e da Quinta do Texugo, procedeu-se à dinamização do centro de compostagem em parceria com a GreenCircle. Foi elaborada a proposta para deliberação em reunião de Câmara da adesão do município à Associação “ADAPT.LOCAL Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas”. Efetuou-se o estudo da proposta da MOBI-E tendo em vista o estabelecimento de nova parceria para reforço da rede de



Mobilidade Elétrica no Concelho. Promoveu-se também a articulação com uma série de serviços municipais, tendo em vista a candidatura ao Programa Floresta Comum 2020. No que respeita à Rede Viária, deu-se por concluída uma empreitada de repavimentação de arruamentos e parques de estacionamento, tendo sido abrangidas, entre outras, várias artérias do Bairro da Bela Vista, em Vale Fetal, rua Henrique Medina, na Aroeira, rua Cândido Capilé e rua Manuel da Fonseca, em Almada, rua Almada Negreiros, no Feijó, parques de estacionamento e paradas dos Bombeiros Voluntários de Almada e de Cacilhas. Prosseguiu a construção de rotundas com os objetivos de melhoria do tráfego e resolução de pontos negros em termos de sinistralidade rodoviária como, por exemplo, nas Quintinhas e Texugo, na Charneca da Caparica e Sobreda.

Na Cova da Piedade, destacamos a requalificação dos espaços exteriores do Caramujo/Romeira, que ainda estão em curso, e a intervenção no Largo da Cova da Piedade, que incluiu a reorganização dos sentidos do trânsito. No Laranjeiro e Feijó, procedeu-se à melhoria da circulação, com a criação de faixas BUS junto à Praça da Portela e intervenção nos acessos junto à Base Naval de Lisboa. Foram realizadas diversas regas betuminosas, em particular na zona da Aroeira, nomeadamente na Praceta Marquês de Pombal e Av. Almirante Azevedo Coutinho, estando em curso intervenções nas ruas Abel Manta e Sara Afonso. Na Fonte da Telha, lado sul, procedeu-se à regularização dos acessos, ordenamento do estacionamento e criação de via pedonal e ciclável, tendo-se ainda iniciado a colocação de paliçadas em madeira para proteção das areias das praias. Está ainda em curso a estabilização de taludes na Azinhaga de Pera, anteriormente repavimentada. Relativamente à Sinalização horizontal e vertical, estão em execução várias empreitadas em todo o Concelho. Foram, até ao final de agosto, pintadas cerca de 1.100 passadeiras, quase 74 quilómetros de outras pinturas, como eixos de via, e colocados mais de um milhar de sinais de trânsito. Finalmente, e no que diz respeito à Iluminação pública, deu-se início a uma nova empreitada estando atualmente em curso a reformulação e mudança para LED na zona do Jardim do Rio.”

6.1.2.11 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo à Senhora Deputada Municipal do Bloco de Esquerda e em relação aquilo que é o acompanhamento por parte da Junta de Freguesia, aquilo que se passa no INATEL. Vamos aqui dividir esta minha intervenção em três pontos diferentes. 1º ponto, a responsabilidade de realojar as pessoas que estão no INATEL, é do INATEL. Dizendo isto digo também que, há um percurso feito por esta Junta de Freguesia, pela Câmara Municipal, pela Proteção Civil, na identificação de todos aqueles que estão em primeira habitação nos parques de campismo da Costa da Caparica. Foi preciso fazer essa identificação ao abrigo de um Decreto-Lei, que na altura, dia 12 de março se a minha memória não me falha, que na altura proibiu a permanência de qualquer tipo de pessoa no parque de campismo. Coisa que até a essa data, sempre foi desmentida existindo pessoas de primeira habitação nos parques de campismo da Costa da Caparica. E é preciso dizê-lo olhos nos olhos, esta era a realidade que era passada por instituições e esta era a realidade que não é a realidade que existe nos parques de campismo da Costa da Caparica. Portanto, há um levantamento sério, de toda a gente que vive em primeira habitação na Costa da Caparica. Dizendo isto digo também, que em estreita articulação e desde o final de julho, tanto com a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia a qual eu represento e o Instituto INATEL, nós temos constituído uma equipa no sentido de arranjar solução não só habitacional, não só habitacional, queremos ir mais longe, para aquelas pessoas que vivem precariamente no parque de campismo INATEL. Ainda hoje, e fica aqui também em primeira mão esta nota que vou dar agora, ainda hoje foi distribuído no parque de campismo INATEL, por todos os utentes, para uma reunião presencial com cada um e sigilosa, com técnicos da Segurança Social e também do Grupo INATEL para poderem dar resposta aquilo que é o problema habitacional, ou seja, de primeira habitação no INATEL. Estranho é, que no século XXI, nós tenhamos tantas pessoas ainda a viver no parque de campismo e não vou fazer qualquer tipo de referência em relação ao porquê. Aproveito também esta oportunidade para saudar a Câmara Municipal, por finalmente, no dia 19 de outubro deste ano, portanto daqui a 19 dias, se iniciarem uma das obras mais ícones da Costa da Caparica. Estou a falar da obra da rua dos Pescadores. É de facto, um símbolo daquela Cidade, poderia historicamente desenhar aqui ou pelo menos projetar aqui nas vossas mentes aquilo que é o simbolismo que representa a rua dos Pescadores para toda a gente que nasceu e vive na Costa da Caparica para além do comércio e da rua emblemática, é também uma rua



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

histórica e que dividiu os primeiros habitantes da Costa da Caparica ou as primeiras pessoas que foram para a Costa da Caparica entre o norte e o sul, aqueles que vieram Ílhavo e aqueles que vieram do Alentejo e Algarve. Portanto, parabéns Senhora Presidente da Câmara, parabéns Câmara Municipal, é gratificante enquanto Presidente de Junta e enquanto representante dos caparicanos e da Costa da Caparica, perceber que finalmente vamos ter uma rua emblemática com aquilo que realmente deve ser uma rua emblemática de uma Cidade. Com mais arborização, com espaços mais arejados, com igualdade naquilo que é o visual das explanas, das cadeiras do mobiliário urbano, enfim, vamos ter uma rua dos Pescadores finalmente na Costa da Caparica.”

6.1.2.12 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Faria (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje celebra-se o Dia Nacional da Água! As Nações Unidas estimam que em 2025, dois terços da população mundial irão sofrer com a escassez de água. Torna-se assim, essencial adquirir hábitos de poupança de água e começar a conservar este que é o recurso mais precioso que a humanidade conhece. Esta é uma responsabilidade de todos nós e dos SMAS, e que passa por fazer uso da água de uma forma responsável e consciente. É essencial cada pessoa assumir a missão de reduzir o desperdício de água nas suas casas, escolas e locais de trabalho. Quanto à atividade dos SMAS, e começando esta intervenção pela mesma, os SMAS tem apostado na Reabilitação da Rede de Abastecimento de Água, nomeadamente: na rua de Olivença em Almada, com renovação da rede de abastecimento, uma intervenção na conduta distribuidora de água, onde foram substituídos 18 metros num troço “difícil”, um ramal de ligação e foi ainda instalado 1 hidrante para combate a incêndios. Na rua Armando dos Santos, na Vila Nova, os trabalhos de reabilitação da rede de abastecimento consistiram na substituição de aproximadamente 100 metros de tubagem da rede de abastecimento e 20 ramais de ligação. Foram também instalados um marco de incêndio e duas bocas de incêndio, de chão. Rua Luiz António Verney, onde foram substituídos 220 metros de rede, construídos dez ramais de ligação aos edifícios e instalados três hidrantes de combate a incêndio. Em relação à intervenção nas válvulas de seccionamento. Ao longo de todo o ano, as equipas de Operação e Manutenção de redes de água, realizam um conjunto de intervenções e manutenções de acessórios instalados na rede pública de abastecimento de água, inseridos no plano de manutenção preventiva 2020. Estes acessórios são importantes na rede de abastecimento de água pois facilitam as operações na rede, permitindo isolar troços de condutas de água e assim minorar eventuais inconvenientes no fornecimento à população, em casos de avarias ou obras de reabilitação das condutas. Estas têm um tempo de vida útil limitado, sendo estas ações de manutenção de extrema importância para a prestação de um serviço público de qualidade. Quanto às redes de água e de saneamento, regista-se a intervenção dos SMAS, na rua Manuel Sousa Coutinho em Almada, os SMAS executaram a empreitada de substituição integral das redes de abastecimento de água e de saneamento (doméstico e pluvial) ao longo da rua Manuel de Sousa Coutinho, na Freguesia de Almada. A intervenção culminou com a pavimentação da rua e a marcação das passadeiras e demais sinalizações. Foi realizada a reabilitação na rede de drenagem na Rua Isidoro Ferreira, no Feijó. A equipa operacional do Setor de Construção e Conservação das Redes de Drenagem dos SMAS, procedeu à reabilitação curativa, num troço de rede de drenagem doméstica, e a intervenção de carácter inadiável e urgente, consistiu na substituição integral do ramal de ligação por uma nova tubagem e possibilitou a regularização do sistema de drenagem do ramal que recebe os efluentes domésticos. Quanto aos Reservatórios de Água do Raposo, manter em bom estado e aumentar a longevidade e funcionalidade das tubagens e infraestruturas da rede adutora e distribuidora de abastecimento de água é uma das grandes prioridades dos Serviços. Neste sentido, procedeu-se a uma intervenção importante nas duas saídas para a rede distribuidora existente nos Reservatórios do Raposo, responsáveis pelo abastecimento de toda a zona baixa da Caparica e de parte da zona da Freguesia do Feijó. Finalmente, em relação aos testes e ensaios de funcionamento na rede de saneamento. Os SMAS de Almada realizaram ensaios de funcionamento na rede de drenagem de águas residuais, cujo objetivo é detetar ligações cruzadas ou erradas, como por exemplo redes domésticas ligadas às redes pluviais e/ou o inverso.

Os ensaios consistem na realização de testes com a introdução de fumo de carácter inócuo e sem risco para a saúde, nos coletores de saneamento de forma a ser possível fazer um diagnóstico preciso da situação no local, examinando a sua trajetória, através dos dispositivos públicos e privados, tais como sarjetas, caixas de ramal, caleiras ou grelhas. Concluindo, destacamos o conjunto elevado de intervenções e renovação da rede dos SMAS



que muito têm contribuído, para o seu bom funcionamento e servido de forma eficaz e consistente a população de Almada.”

6.1.2.13 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria hoje dar aqui algumas notas. Queria dar nota do Dia Mundial da Música, dia 1 de outubro, o Dia Internacional do Idoso e também queria dar os parabéns à Incrível Almadense que faz hoje 172 anos, uma bela idade, que tem contribuído muito para o desenvolvimento em Almada. Não podia deixar passar esta data também, porque faz hoje 3 anos em que o Partido Socialista ganhou a Câmara Municipal de Almada, do qual nunca me irei esquecer durante a minha vida, e dar-lhe os parabéns pelo trabalho realizado durante estes 3 anos. Foi com a sua liderança que Almada hoje por essas ruas, por essas estradas e por essas vielas, que os ventos da liberdade e da democracia, se vão expandindo ao longo do Concelho. E isso deu-se porque existia uma maioria silenciosa, que no dia 1 de outubro de 2017, quis transformar Almada e foi à urna. Depois dar-lhe os parabéns, porque a Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, tem nos últimos três anos sofrido uma transformação invejável. Não há memória de tanto investimento, de tanta transformação na rede viária, na educação, nas escolas, em todo o sítio por onde passamos. Parabéns e muito obrigado pelo seu apoio, pelo seu investimento nesta Freguesia, que durante anos e anos foi esquecida e que era uma espécie de patinho feio dos executivos anteriores que lideravam a Câmara Municipal. E quero agradecer o investimento extraordinário, que eu como sabe desde a primeira hora, a levei lá várias vezes a sua perseverança e a sua capacidade de perceber, foi fundamental para esse investimento que foi o Jardim de Infância do Alto do Índio, que está integrado no Agrupamento Elias Garcia. Como sabe, está escurado, eu já disse aos Senhores Deputados na Junta de Freguesia e deixo aqui também aos Senhores/as Deputados/as Municipais, visitem o Jardim de Infância e vejam as condições que aquele Jardim de Infância tem, para crianças, é uma coisa absolutamente inaceitável no século XXI. Portanto, o investimento naquele espaço de educação será fundamental e vai dar com certeza aquelas crianças e aos outros todos que vêm a seguir, um espaço extraordinário. Vai expandir o espaço, vai recuperar o espaço que lá está, uma casa magnífica, com um património magnífico, e isso vai dar com certeza, uma grande centralidade aquela zona. Outra questão que queria referir, e porque estamos a falar destes 4 meses, é do início das obras da Estrada Nacional 377, já se começa a ver um esboço daquilo que vai ser o futuro, no fundo, um eixo fundamental, tenho a certeza o eixo com mais tráfego no Concelho de Almada, que é a antiga Estrada Nacional 377, que vai ficar requalificada. Quem chega à nossa Freguesia, entra numa estrada que vai ter passeios, que vai ter passeadeira, sinalética, vai ter iluminação pública, será uma verdadeira via urbana e não uma antiga Estrada Nacional como estava há quase 20 anos. Dar-lhe os parabéns também, pela recuperação da Estrada Nacional 10/1, também outro problema que assolava a Freguesia há muitos anos, como sabe a Sobreda estava e está num estado bastante abandonado, mas vamos continuar a investir. Portanto, a Estrada Nacional 10/1 também porta de entrada na Freguesia, para quem vem de Corroios ou quem vem da Freguesia do Feijó, e aquele troço com a requalificação que está a decorrer, também vai ficar muito bem do ponto de vista da segurança das pessoas e de quem também pode passear junto ao espaço do Parque Desportivo. Dar-lhe os parabéns também pela rotunda dos Zagallos, a população tem tido a amabilidade de me enviar um conjunto de emails de agradecimento, vou-lhe enviar um conjunto de alguns emails que me foram remetidos a agradecer muito o seu trabalho, o seu investimento naquele espaço, melhorou o fluxo de trânsito e a segurança rodoviária. Portanto, é fundamental também para evoluirmos a Freguesia. Dar-lhe os parabéns também pela atribuição da Toponímia na Charneca e Caparica ao meu querido amigo Albino Moura, também relevo isso. E para finalizar é uma obra que irá começar nos próximos dias como a senhora Presidente da Câmara sabe, que é o percurso escolar ciclável, entre a rua Dr. Alberto Araújo e a rua do MFA, desde a Quinta do Bom Retiro até à rotunda do Lazarim, que é uma estrada que não tem passeios, não existe nada, passa junto ao Centro de Saúde da Sobreda, onde muitos idosos têm sido atropelados ao longo deste anos, muitos idosos, porque não conseguem caminhar em cima daquela vala da água, têm que ir para a estrada e normalmente os carros com os espelhos partem-lhes os braços, as mãos, etc. Portanto, há muitos anos reclamado pela população daquela Freguesia e desta vez, extremamente importante que aquele espaço que se vai iniciar nos próximos dias, fique requalificado, porque é um troço que também é fundamental, que liga o Lazarim ao fundo da Freguesia.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.1.2.14 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para um reparo que não podia deixar de assinalar, já foi referido aqui na intervenção do senhor Presidente da junta de Freguesia da Charneca de Caparica, que é relativamente à Incrível Almadense, ainda há pouco disse que eram 127 anos, mas não, é a bonita idade de 172 anos, quase 200 anos.”

6.1.2.15 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós temos estado aqui a esgotar todos os elogios feitos às obras em Almada, muito bem, aceitamos perfeitamente, claro que nem tudo é mal feito, não queremos ir por aí, não é essa a questão. Mas, de facto, também tem que se falar no que não está bem feito. E neste caso trago aqui apenas um pequeno exemplo daquelas obras junto ao Hospital Particular na Cova da Piedade e que de facto, tem originado muitas queixas quer dos residentes naquela zona e principalmente dos proprietários do pequeno comércio, nomeadamente do negócio de restauração. Para já é impossível pôr ali os contentores do lixo, porque os carros de recolha não têm acesso e não conseguem recolher o lixo, eles têm que ir por o lixo cerca de um quilómetro de distancia. Referir que estas obras tiveram o seu início há cerca de 7 meses, portanto, não é um caso de somenos importância, há já demasiado tempo. Queixam-se ainda e com razão das dificuldades de estacionamento devido às obras e de passagens acessíveis e seguras para os clientes. Não nos vamos alongar muito nisto, toda a gente conhece a zona, todos sabem o atraso que aquelas obras têm sofrido, deixamos aqui apenas uma pergunta, para quando a conclusão das referidas obras que tanto afetam de forma negativa os municípios daquela zona.”

6.1.2.16 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Mesa, se me permitir eu gostaria de passar a palavra a alguns Vereadores/as, relativamente a algumas questões colocadas.”

6.1.2.17 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para endereçar aqui resposta a algumas questões que foram colocadas especificamente sobre o arranque do ano letivo. A aquisição dos equipamentos de proteção individual como creio que é do conhecimento do Senhor Presidente de Junta, foi disponibilizado apoio aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de 3 mascarar sociais reutilizáveis de 25 vezes cada uma por parte da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, para cada criança por período, criança e trabalhadores profissionais docentes e não docentes, também verba para aquisição dos produtos de limpeza e quero dizer que na altura colocamos um conjunto de questões sobre estes montantes e que aquilo que nos foi garantido pela própria DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, é que esses montantes seriam suficientes. Não tivemos propriamente nota de reclamação por parte, tivemos apenas de um Agrupamento que nos contactou, curiosamente não da área da sua Freguesia, mas para ser absolutamente objetivo, tive um contacto direto relativo a um Agrupamento que colocou esta questão. Quanto às Assistentes Operacionais e à sua insuficiência, quero dizer-lhe que da parte da Câmara Municipal, avaliamos diariamente, por causa do surto pandémico, aquilo que possam ser situações que limitem o número de Assistentes Operacionais que estão nas escolas. Como penso que será do seu conhecimento, foi à última reunião de Câmara a abertura de mais 10 vagas no quadro municipal, para termos aqui um conjunto de Assistentes Operacionais para reforçar a resposta do Município, que eu lembro que é apenas ao nível do pré-escolar e que irá futuramente, a proposta será para mais 20 Assistentes Operacionais para conseguirmos ter capacidade de resposta imediata para situações imprevisíveis, de novo digo, com as Assistentes Operacionais que são colocadas pela Câmara Municipal, que são cerca de 90, aquelas que estão atribuídas neste momento por rácio e que não é possível à Câmara Municipal existindo cerca de 900, porque são colocadas pelo Ministério da Educação, ter aqui escala para responder a todas aquelas que são colocadas pelo Ministério de Educação. Relativamente a Planos de Contingência, dar nota que foram pedidos Agrupamento de Escola, tem estado a ser



rececionados e avaliados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil. Relativamente às questões do transporte escolar, onde ele se coloca com pertinência e de uma forma mais significativa daquilo que é a resposta do Município, é relativamente às crianças que são deslocadas da Escola Maria Rosa Colaço para o Chegadoinho e este transporte tem estado a ser feito dentro daquilo que são as condições de segurança reforçadas para este efeito, ou seja, limitando ainda mais aquilo que são as orientações estabelecidas pelas autoridades de saúde. Relativamente à Escola de Vale Flores, também colocou a questão, o procedimento está adjudicado, queríamos que ele tivesse sido adjudicado mais cedo, mas está adjudicado e temos estado em conversações permanentes, quer com a Associação de Pais, quer com a Coordenação do Estabelecimento. APP Descubra, que foi uma questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, António Pedro Maco, e a articulação com as autoridades no âmbito do turismo, aquilo que tem surgido é uma articulação permanente à adesão da Câmara Municipal ao Turismo de Lisboa, é disso prova e quero dar-lhe também nota que, uma vez que referiu as questões das reuniões que tivemos com os agentes da hotelaria e da restauração, o grande objetivo é encontrarmos em conjunto, medidas que procurem mitigar aquilo que são os problemas que todos eles sentem, não temos dados concretos relativamente às questões do alojamento, durante o período do confinamento ele foi total, a ausência de hóspedes nestes hotéis e outros estabelecimentos afins, mas sabemos que tem havido alguma quebra. Quanto à restauração, essa quebra não é tão significativa quanto à partida poderia ser de esperar.”

6.1.2.18 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentarei responder a todas as questões por ordem, espero não me esquecer de nenhuma. Relativamente às questões do Senhor Deputado Municipal João Gerales. O que eu li não foi a legislação, foi sim o relatório da nossa Proteção Civil, mas posso continuar a ler, posso lhe dizer que para além dos testes realizados em PEI – Planos de Emergência Internos, o Serviço Municipal de Proteção Civil, acompanha também anualmente os simulacros de testes dos Planos de Emergência Internos os PEI, tendo no caso da ETC o último ter sido realizado a 10 de dezembro de 2019. Neste momento há uma revisão dos Planos de Emergência Externos, que está em curso para cumprimento obrigatório de revisão, não resultando de alteração substancial ao Plano existente, pelo que as condições de segurança atuais são similares às existentes à data da elaboração do anterior Plano. O que é que eu lhe posso dizer mais sobre esta matéria? Posso lhe dizer que, naturalmente, o nosso Serviço de Proteção Civil, faz todas as vistorias e estabelece todos os planos em caso de acidente, que é obviamente uma situação que ninguém deseja, mas não compete à Câmara Municipal, avaliar o risco final e total daquelas instalações, pelo que, penso que estaremos todos de acordo em que essa avaliação seja feita até do ponto de vista ambiental, exatamente como disse ontem. Relativamente à questão que colocou sobre a eventual retirada de direitos dos trabalhadores, como deve imaginar, esta Câmara Municipal nunca em tempo algum, se disponibilizou para retirar qualquer direito a trabalhador. Portanto, agradeço a disponibilidade mais uma vez demonstrada, para resolvermos um problema que existe desde 2015, que aliás, foi objeto de uma aprovação por unanimidade em reunião de Câmara Municipal, onde penso que o Senhor Deputado Municipal João Gerales também estava presente, a assistir. Portanto, eu retenho das suas palavras a disponibilidade que a CDU demonstra em encontrar soluções para um problema que decorre como nós sabemos, de uma adaptação legislativa, que surgiu em 2015 e que todos os Municípios fizeram e que nós temos que fazer. Portanto, não há aqui e nunca houve, da parte deste executivo ou deste Município, qualquer intenção de retirar direitos, mas há e isso os trabalhadores do Município podem ter a certeza e acho que também já nos conhecem o suficiente para saber, mas há assim um empenho total pelo contrário, em garantir em todas as ocasiões os seus direitos e as suas condições de trabalho sempre que pudermos fazê-lo o mais rapidamente possível. Relativamente às questões do Senhor Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, penso que o Senhor Vice-Presidente já respondeu. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes e eu estou a tentar ser sintética para poder responder a todas as questões que são muitas. Foram identificados uma série de painéis. A questão do painel de do Pé-Curto no Pragal como sabe, houve uma questão muito importante que é poder contar com o próprio artista, e o que tinha ficado mais ou menos acordado era, em conjunto com o artista, foi o próprio artista que considerou que o painel era irrecuperável, não fomos nós, e, portanto, em



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

conjunto com o artista poder encontrar uma nova solução para aquele painel. Relativamente ao painel do Albino Moura, já está devidamente sinalizado como necessitar de reabilitação, aliás, é verdade que houve muitos dos trabalhos que estavam previstos, infelizmente, ficaram atrasados, isso não escondemos, este é um ano especial e que durante alguns largos meses e depois vieram as férias, não conseguimos ser tão eficazes, espero que os almadenses já se tenham habituado a que sejamos eficazes. Dizer também, que estamos neste momento em contacto com esse grande Senhor chamado Manuel Cargaleiro e com a própria Viúva Lamego, para procedermos à reabilitação do painel de azulejos do Cargaleiro junto ao Tribunal de Almada e à Igreja de Nuno Teotónio Pereira, devo dizer que é provavelmente das mais extraordinárias obras modernistas daquele período que nós temos. Aliás, fiquei a saber, porque não sabia, que o Cargaleiro tinha sido Vereador da Cultura em Almada, portanto, aliás, com uma grande exposição de artistas, alguns deles que estavam presos no Forte da Trafaria, confesso que não sabia. Sabia do Cargaleiro muito novo, aos 20 anos, Vereador confesso que não sabia. Relativamente à Cooperativa Piedense, o Senhor Deputado Municipal tem razão, nós até já enviamos um novo ofício para o Ministério da Justiça, no sentido de, o Ministério da Justiça tem que dizer claramente o que é que pretende, se avança, nós fizemos todo o trabalho, estivemos a ver planos com eles, houve um trabalho de arquitetura a certa altura e aguardamos impacientemente alguma resposta do Ministério da Justiça, se não houver, tomaremos as decisões necessárias relativamente à Cooperativa Piedense. Relativamente ao antigo edifício da EDP, está para sair um concurso de ideias para projetos de arquitetura para aquele edifício, no sentido de, e já o disse várias vezes, o valor daquele edifício, a qualidade daquela arquitetura, é um edifício para nós emblemático, queremos tratá-lo com muito carinho, queremos que seja um belo projeto e, portanto, a ideia é lançar um concurso de ideias para aquele edifício. Relativamente ao seu requerimento. Eu peço desculpa, aliás, o mesmo tipo de requerimento tem sido enviado, vou perceber o que se passa relativamente ao requerimento."

6.1.2.18 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como devem compreender, tomo a palavra para prestar alguns esclarecimentos no âmbito daquilo que é a temática dos parques de campismo, na área da minha tutela, das alterações climáticas, questões aqui trazidas pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, e relativamente às questões também da notícia recentemente surgida na imprensa a propósito da execução de obra na INATEL, matéria trazida aqui pela Senhora Deputada Municipal Fátima Marras. Quero dar nota que são matérias naturalmente, para as quais já me disponibilizei e continuo a disponibilizar, complexas em termos daquilo que é o procedimento administrativo e formal, relativamente a esta matéria. E tive também a oportunidade de, quando falei na questão dos parques de campismo, e porque quero usar de pouco tempo, a intervenção terá que ser sumária, de vos dizer que há dois tipos de abordagem formais e técnicas, relativamente aos parques de campismo que são tipologia parque de campismo, e relativamente aos parques de campismo que temos também no nosso Concelho, que são chamados parques de campismo informais ou ilegais. Ou seja, já vos esclareci que os parques de campismo da tipologia identificada de parque de campismo, a gestão e a própria fiscalização competem à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que já esteve em ações de verificação e de fiscalização nestes mesmos parques no ano passado, e que enviou também relatórios dessa avaliação e dessa fiscalização, que promoveu conjuntamente, com a própria Câmara Municipal. Já quanto aos três parques de campismo informais e ilegais, que assim lhes chamamos, mas não verdadeiros parques de campismo, Três Irmãos Ponderosa e Pinheiro, neste momento o processo administrativo técnico e formal, está no sentido de notificar as partes que já vieram ao processo para o encerramento. Mas aquilo que queria dizer aqui é, que teria e naturalmente serão os Senhores/as Deputados/as Municipais, no exercício da vossa função, que é autónoma e também devidamente estruturada em função das vossas prioridades, que o terão de decidir, mas eu teria todo o gosto em ir à 6ª Comissão Permanente ou ir à própria 3ª Comissão Permanente, para poder falar destas matérias com o tempo e a seriedade, que acho que esses assuntos devem ter, porque não é uma intervenção minha de dez minutos, que vai aqui naturalmente, dar nota de processos que estão numa fase avançada, em que as notificações já foram feitas às partes, em que há que haver sigilo e proteção de dados, e, portanto, eu estou inteiramente disponível para os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, para no âmbito daquilo que é o vosso trabalho e a vossa atividade municipal, nomeadamente no âmbito das Comissões Permanentes, poder e prestar declarações



e poder inclusivamente prestar-vos informação, que num circuito mais restrito posso prestar e que de forma pública não devo, não quero, nem posso. Depois relativamente às questões do INATEL. Quero dizer que na sequência de informação que foi passada aqui pelo Senhor Presidente de Junta, que está seriamente e também muito preocupado a acompanhar esta questão. Nós recebemos a Fundação INATEL, também nos serviços técnicos da Câmara Municipal. E dar-lhe nota de forma muito sumária, que a Câmara Municipal é fiel depositária de declarações prestadas pelas entidades gestoras dos parques de campismo, incluindo o INATEL, relativamente aquilo que são as primeiras residências, que não deveriam existir, em boa verdade, nos parques de campismo, mas é a realidade com a qual fomos confrontados, que existe há muitos anos neste Concelho e, portanto, não a podemos ignorar. Como não podemos ignorar a que haver uma retaguarda relativamente ao acautelar dos direitos e garantias e das moradas das pessoas. Esta não é uma responsabilidade como disse o Senhor Presidente de Junta e bem, da Câmara Municipal. É uma primeira responsabilidade da Fundação INATEL. De qualquer maneira, a Câmara Municipal tem a sua preocupação relativamente aqueles que estão sedeados no seu Concelho e tem também uma tutela na área da ação social, e está a fazer o devido acompanhamento destas pessoas. Mas, dar-lhe nota também, que a Fundação nos veio trazer algumas preocupações e veio ela própria também, comunicar à Câmara Municipal, que vai fazer o acompanhamento destas pessoas. O INATEL tem que cumprir aquilo que é o seu dever e a Câmara Municipal ética e moralmente, tem que acompanhar naturalmente estas pessoas. Dar-lhe nota também que, a imprensa é a imprensa, vive também, nós temos que perceber que a imprensa vive da notícia, mas não é tão certo nem tão seguro, que as pessoas tenham que ser despejadas ou que vão ser despejadas de imediato, porque quer a Câmara Municipal que está preocupada e a acompanhar, quer a Junta de Freguesia que está preocupada e a acompanhar e a própria Fundação INATEL, têm a noção que este assunto é um assunto frágil, é um assunto que tem que ser acompanhado com seriedade e as pessoas não irão para a rua nem serão despejadas, porque no mínimo, há entidades envolvidas nesta matéria, que vão garantir que os direitos, se pudermos dizer direitos, que em boa verdade quero lhe dizer também de forma muito transparente, sou Vereadora, respondo por aquilo que digo, no exercício da minha função, mas enquanto pessoa também e enquanto cidadã participativa neste Concelho, quero lhe dizer que naturalmente, não faria sentido o que seria ideal e útil para a gestão destes parques é que não houvesse primeiras residências, porque um parque destes pressupõe, não uma residência fixa, mas uma residência sazonal cujo o levantamento das estruturas, é devida no fim da época balnear ou no fim da pré época sazonal. Não é isto que temos, temos que viver com aquilo que temos e vivendo com aquilo que temos, primeiro e sempre estão as pessoas e estamos de facto a acompanhar.”

6.1.2.19 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito rápida e vou responder à questão dos oleões. Nós estamos em fase de transição da empresa, porque temos instalados no concelho 60 oleões, que têm uma utilização muito diversa. Ou seja, há uns que enchem razoavelmente rapidamente e outros que não. E, nós temos tentado junto da empresa um reequilíbrio na recolha que não tem sido muito fácil e, portanto, estamos em fase de transição da empresa, vamos alargar os oleões de 60 para 80 e está em fase de lançamento do concurso para a substituição da empresa. É um problema que existe, temo-lo identificado, tentamos resolver com a empresa que está, não tem sido muito fácil, mas temos a ideia de que poderá ser num curto prazo. Mas de qualquer modo estamos em mudança exatamente pela falta de resposta que existe desta matéria e com a necessidade de alargar a rede dos oleões.”

6.1.2.20 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não gostaria de deixar passar a oportunidade, para responder às questões do Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, e dar-lhe nota do seguinte: se há coisa que é evidente, é que existem políticas e ações para a promoção do bem-estar animal no Concelho de Almada. Certamente todos gostávamos de fazer mais, de fazermos melhor, termos mais recursos humanos e financeiros, mas o que é certo é que muito tem sido feito, algumas coisas que o Senhor Deputado Municipal até teve a ocasião de explanar, mas dar-lhe nota, até no seguimento das suas questões, algumas informações que são uteis. Em primeiro lugar, percebendo nós que a questão da capacidade



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de resposta para situações sobretudo de emergência, porque sabemos que quer Almada, quer qualquer outra Câmara, não teve nem tempo nem recursos, para se adaptar a um novo quadro legal exigente e bem, mas que, infelizmente, não foi possível que todas as Câmaras Municipais tivessem capacidade de dar a resposta adequada. Sabendo e o Senhor Deputado Municipal também sabe, que estamos neste momento a trabalhar afincadamente, para tentar lançar o concurso para a construção do novo centro de bem-estar animal, o novo CRO, não quisemos deixar apesar de tudo, de criar condições no atual. E, portanto ainda este mês ficou pronto o novo pavilhão de acolhimento, com mais dez boxes, que ainda aqui há pouco foi transmitido, tenho aqui algumas fotografia que depois terei todo o gosto de lhe mostrar, para além da nossa capacidade e essa é também uma estratégia na promoção do bem-estar animal, que é a promoção do trabalho em rede, com o Provedor que tem sido inexcelável na articulação com os serviços, para garantir alguma intervenção no terreno e com a intervenção dos voluntários, aliás, há pouco falava nas armadilhas para as matilhas, dar-lhe também essa informação que é uma solução que estruturalmente vai estar prevista no novo centro de bem-estar animal, dois parques fixos para as matilhas nesse centro, para aquilo que disse e bem, que é um processo de adaptação para esse tipo de animais que outra forma não podem ser canalizados, nem para o processo de adoção, não para aquilo que é a adaptação num próprio sistema de centro de bem-estar animal, mas até lá, foi preocupação começar a construir soluções de armadilhas, para que nos locais, com a intervenção também de voluntários porque de outra forma era impossível com os recursos humanos que temos à disposição no Serviço Veterinário, mas com os voluntários, conseguirmos projetar uma intervenção que nos permite já hoje ter alguma capacidade no terreno, mas que como é obvio sabemos que há mais do que uma matilha identificada, há pouco falou na dos Capuchos que é outra que já está sinalizada e está a ser acompanhada quer pelo nosso serviço, quer pelo Provedor, quer também em articulação com os moradores daquela área e há pouco identificou também uma delas. Dar-lhe também nota de que, em paralelo e isso também é conhecimento do Senhor Deputado Municipal, já falamos nisto mais do que uma vez, temos neste momento já pronto, para ir a reunião de Câmara Municipal, o regulamento dos cuidadores, exatamente porque, uma das áreas fundamentais para a promoção do bem-estar animal, é termos aqui um conjunto de processos, que em conjunto com as associações e com os cuidadores, possamos aumentar também o número de esterilizações no Concelho, sabendo nós que apesar das limitações que temos, nos últimos três anos já tivemos cerca de oito centenas de esterilizações feitas só no Serviço Veterinário Municipal. Em paralelo a isso, o Senhor Deputado Municipal também sabe, já tivemos a ocasião de falar várias vezes, temos neste momento dois protocolos com associações, um com a Associação dos Amigos dos Animais de Almada, um protocolo que gera um apoio anual de 30.000.00€ (trinta mil euros), e um protocolo com a Associação Onde há Gato há Rato, que já foi a reunião de Câmara Municipal, está prestes a ser assinado, que vai gerar um apoio anual de 43.000.00€ (quarenta e três mil euros), que vai também incrementar um número de esterilizações. Porque parte dessa verba destina-se a esterilizações e a flexibilizar um processo que, não pode correr apenas no Serviço Veterinário, e que vai com isso também, incrementar os números, aliás, futuramente é algo que já também foi falado entre nós e até com associações, vamos compilar o conjunto de atos que são feitos direta ou indiretamente, com o apoio da Autarquia e com o apoio inexcelável dos voluntários e das associações, porque como disse, a estratégia é muito clara, a promoção do bem-estar animal, não começa nem acaba na Câmara Municipal, a Câmara Municipal tem que ser um motor, tem que procurar dar condições, tem que procurar criar esta capilaridade de intervenção no território, sabendo nós que, como é obvio, em dois, três anos, não se fez tudo, mas já se fez bastante, já se identificaram vários caminhos, várias soluções, algumas estão implementadas, tivemos o cuidado, este executivo, de garantir que antes de termos o novo centro de bem-estar animal, já melhorávamos as condições do atual, até por razões de operacionalização de soluções que nos custava a nós, perceber, que até nas condições dos trabalhadores não estavam cumpridas, mas não havia um gatil que hoje existe, hoje reforçamos a lotação do próprio CRO – Centro de Recolha Oficial. Está tudo feito? Não está. Há insuficiências? Há certamente. Todos nós gostávamos de ter mais recursos, esperamos que neste próximo orçamento possamos também já dar o sinal com o centro de bem-estar animal, criando as condições para que ele possa ir a concurso o tão rápido quanto possível, estamos juntos certamente nesse objetivo e nesse desígnio, não tenho dúvidas que é esse também o seu objetivo, acho que esta demonstração clara de várias soluções que temos implementado, é um caminho que estamos a construir em conjunto, com uma certeza, de que não estamos sozinhos e que contamos quer com os cidadãos que são cuidadores, quer com as associações que são uma mais grande valia e também com o nosso Provedor.”



6.1.2.21 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, tal como ontem, não nos respondeu às questões que aqui colocamos a propósito do Porto Brandão, e disse mais, disse que não sabia o que é que mais nos havia de dizer. Nós vamos ajudar a Senhora Presidente da Câmara. Na reunião de Câmara a que nos temos referido, a Senhora Presidente afirmou que no Porto Brandão, e concretamente, nas instalações da empresa ETC, se vive uma situação equiparável à que existia no Porto de Beirute, no Líbano, onde ocorreu uma tragédia de consequências catastróficas há meses. A Senhora Presidente da Câmara Municipal, ao dizer isto, está a fazer uma afirmação de extrema gravidade. É uma afirmação que é suscetível de gerar pânico, é suscetível de gerar (está-se a rir Senhora Presidente? Estas questões não têm piada, estas questões são sérias), estas afirmações podem levar a situações de pânico, podem levar a situações de medo, podem levar a situações que não são desejáveis. Se a Senhora Presidente, tem informações, que lhe permitam concluir que a situação no Porto Brandão, é equiparável à situação do Porto de Beirute, tem que as tornar públicas, E mais do que isso, além de ter que as tornar públicas, tem que desenvolver as atividades e as diligências necessárias para resolver esse problema, e nós estamos cá para ajudar a resolver esse problema. Nós não queremos criar problemas, queremos resolver os problemas. Mas a Senhora Presidente nessa reunião de Câmara disse mais. A Senhora Presidente qualificou o licenciamento da empresa ETC no Porto Brandão, de crime ambiental, não o fez por menos. E até perguntou, por onde é que andavam instituições públicas como a APA, a Proteção Civil ou o Porto de Lisboa, no momento em que fizeram o licenciamento daquela entidade. E disse ainda mais a Senhora Presidente nessa reunião, disse que os tanques daquela empresa, tinham sido licenciados para utilização de água, e estavam a ser utilizados com gasóleo. Tudo isto, são afirmações graves, que a serem verdade têm que ser resolvidas. E foram ditas pela Senhora Presidente, não foram ditas por mais ninguém. Isto como já disse, é suscetível de gerar um clima de insegurança e alarmismo junto das populações que não é desejável e que devemos na nossa máxima capacidade evitar. Por isso insistimos nas questões que colocamos ontem e já voltamos a colocar hoje. Dispõe a Senhora Presidente da Câmara Municipal, de informação fundamentada tecnicamente e cientificamente, que contrarie as informações oficiais tornadas públicas e em caso positivo, que diligências já fez, no sentido de debelar tão sinistro cenário, que as suas declarações antecipam? Nós sabemos que a Senhora Presidente já não tem tempo para nos responder, mas pedimos que responda no tempo que entender, e como anunciei há pouco, iremos fazer formalmente um requerimento para obter estas respostas.”

6.1.2.22 – O Senhor Deputado Luís Jacinto (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, certamente não desconhece que a legislação em vigor no nosso país obriga à identificação clara e objetiva de todas as obras realizadas no espaço público, incluindo um conjunto amplo de informações, designadamente relativamente ao dono da obra, ao empreiteiro, ao custo, ao prazo de conclusão, entre outros elementos informativos. Verificamos que este tipo de informação é totalmente inexistente numa obra de grande dimensão e importância em curso no Concelho de Almada. Referimo-nos à requalificação da antiga EN 377, na Charneca de Caparica, e quem passa pelo local apercebe-se de que alguma coisa está a ser feita no terreno, mas se procurar obter e informação mais específica e concreta sobre a intervenção em curso, não a encontra. A questão que colocamos é se pensa a Câmara Municipal alterar esta situação nos termos da legislação aplicável, e quando pensa poder assegurar aos utentes daquela via a informação que lhes é devida.”

6.1.2.23 – O Senhor Deputado Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 28 de setembro, na página da Câmara Municipal de Almada, nas páginas das redes sociais, foi anunciado os vários equipamentos desportivos geridos pela Câmara Municipal de Almada, reabriram ao público. A questão que coloco é muito simples: isto significa que os Clubes também vão poder retomar a sua atividade normal? Nos últimos dias temos visto algumas reclamações do Sobredense e de outros clubes, mas principalmente do



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sobredense, com as crianças a treinarem com os faróis dos carros a apontar para terem um mínimo de iluminação. Se os equipamentos desportivos da Câmara Municipal retomam a atividade, os clubes também devem poder retomar a atividade.”

6.1.2.24 – O Senhor Deputado João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra porque me esqueci de que a Câmara Municipal também não respondeu a uma outra questão que nós aqui suscitamos e que tem a ver com os SMAS e com a perda do Selo de Qualidade de Excelência de Consumo Humano da Água consumida em Almada. ”

6.1.2.25 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Duas ou três notas sobre o documento que estamos a analisar, até porque foram colocadas algumas questões que necessariamente merecem o nosso comentário. Desde logo, quando é dito que há uma incapacidade por parte do Ministério da Educação e por parte da Câmara Municipal de preparar aquilo que é o regresso ao ano letivo, parece-nos que isto é que é verdadeiramente causar alarmismo entre as populações e já lá vamos às questões da ETC, agora, ainda para mais quando quem o faz, por acaso até é o Senhor Deputado Municipal Luís Palma, que é Presidente de uma Junta de Freguesia, e poderíamos nós próprios lhe devolver a questão que é: o que é que a Junta de Freguesia está a fazer para ajudar a que possam existir estes produtos de limpeza, o que é que pensa fazer para ser assegurado todo aquele que é o apoio que pode ser dado às escolas, porque como é obvio, nós vivemos uma situação atípica em que as escolas do nosso Concelho, os Municípios do nosso Concelho, se estão a transcender para poder dar resposta à situação que todos nós enfrentamos. Como é obvio, a Câmara Municipal, já excedeu em muito as suas competências, e está a fazê-lo e bem, porque é o seu dever, porque o dever de uma Autarquia não é apenas reivindicar perante a outras Autarquias, perante o Poder Central, mas é também assumir as suas próprias responsabilidades e assumir as responsabilidades para com os seus eleitores. E, portanto, essa pergunta pode ser devolvida à União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, sendo certo que do lado da Câmara Municipal e do lado do Ministério da Educação, nós regressamos às aulas e regressamos às aulas, com toda a segurança, é obvio que vão existir casos de COVID nas escolas, como existem em todos os ambientes e é obvio que nós não nos vamos livrar desta pandemia nos próximos meses. Agora, a pior coisa que nós podemos ter, é, agentes políticos que acabam por usar esta grande questão que é a COVID, para causar estas pequenas entropias como se a culpa da pandemia fosse do Município de Almada. Aliás, ainda para mais, quando pertencem a uma força política que nuns casos valoriza absolutamente a essência do COVID, mas nos outros parece que querem lançar em cima da Câmara Municipal de Almada um anátema sobre tudo aquilo que daqui para a frente se vier a passar. E, portanto, não existe nenhuma incapacidade de gestão por parte do Ministério da Educação, não existe nenhuma incapacidade de gestão por parte da Câmara Municipal. Pelo menos até ao momento as coisas têm corrido bem e também faz sentido que as coisas estão a correr bem em Portugal, felizmente para todos nós. Quanto à questão dos os treinos dizer o seguinte: há algumas normas que são aplicadas pela DGS – Direção Geral de Saúde, e portanto, nós podemos mais uma vez usar com uma postura quase de ave necrófaga da politica, no sentido de ir tentar bicar todos aqueles que são os problemas e imputá-los à Câmara Municipal de Almada e peço desculpa, há limitações neste momento aos treinos que as equipas podem fazer, até nos setores de formação, isso é um problema que existe e que abrange a Europa toda e o mundo todo, e há orientações que são da DGS, podemos questiona-las, eu não sou médico, não pretendo entrar nesse debate, mas podemos até questiona-las. Agora, há uma coisa que eu tenho a certeza, se não seguirmos essas recomendações, estaremos pior. Da mesma forma que mais algumas questões que são levantadas sobre a Estrada Nacional 377, quer dizer a Estrada Nacional 377, há anos e anos que é um problema que estava para ser resolvido. Este executivo finalmente resolve. Mas, a única coisa que nós encontramos da bancada do PCP e sistematicamente também da bancada do Bloco de Esquerda, e digo infelizmente porque o Bloco de Esquerda devia ser uma força progressista dentro do Concelho de Almada e parece muitas vezes ser o maior clube de fãs daquilo que era a anterior liderança do PCP em Almada, mas, aquilo que temos neste momento na Estrada nacional 377, é um trabalho que está a ser feito e que vai resolver o problema de milhares de pessoas que vivem



na Charneca de Caparica e na Sobreda. Portanto, não vale a pena estarmos constantemente a lançar a confusão. Relativamente à questão da ETC, a Senhora Presidente da Câmara já respondeu duas ou três vezes a esta questão. Há uma situação que pode ser problemática e para isso é preciso perceber com as entidades competentes, também com o Governo, com as autoridades ambientais, se existe um problema, se esse problema está a ser monitorizado, e se de facto a situação está a ser acompanhada. Há uma situação que é de potencial risco, ninguém o nega. Portanto, o que temos é de perceber o que é que se passa. Não vamos agora, provavelmente o PCP querará fazê-lo, dizer que a situação de potencial risco que existe é culpa do atual executivo, como se esta situação não existisse lá desde há décadas, desde o final da década de 70. E, portanto, aquilo que nós temos de nos esforçar todos, o executivo e os Deputados Municipais, é procurar perceber se a segurança daquelas estações está acautelada. Da nossa parte Partido Socialista, é isso que estamos a fazer e é isso que vamos fazer e sabemos que é isso também que a Câmara Municipal está a fazer. Não vale a pena começar a levantar suspeitas onde elas não existem. Mas eu quero até porque me parece que é bastante mais relevante destacar aquilo que também de positivo tem vindo a ser feito ao longo destes meses. Em primeiro lugar gostávamos de dar os parabéns à Incrível Almadense, que faz hoje anos, não sei se já passamos da meia-noite, mas hoje cumpria o seu aniversário e ao Clube de Futebol da Trafaria, era importante também ressaltar o papel que este executivo teve, no sentido de estabelecer um protocolo com o Almada Atlético Clube, um Clube histórico do nosso Concelho, o Clube que enverga as cores do nosso Concelho e o Clube que representa as cores da Cidade de Almada por esse país, que tem uma situação financeira que é complicadíssima, mas que merece das entidades públicas todo o apoio que possa ser dado e este executivo no momento certo, disse presente, e estabeleceu um protocolo que até foi aprovado por unanimidade por todos os partidos e que garante que o Almada Atlético Clube pode continuar a fazer aquilo que faz tão bem, que é formar jovens atletas e ao mesmo tempo formar homens e formar cidadãos. Portanto, este executivo está de parabéns, porque encontrou uma solução que dentro da legalidade pode ajudar o Almada Atlético Clube a ser um Clube com futuro e continuar a fazer aquilo que tem feito bem ao longo dos últimos 76 anos. Da mesma forma, e isto já foi até referido, que este executivo lançou a aplicação "Descubra" que vai ajudar a promover o nosso Concelho, a promover os pontos de interesse que temos no Concelho e simultaneamente com o facto de nós irmos a ter nos próximos dias, aliás, abriu esta semana, este complexo e voltou nalgumas das suas vertentes porque algumas não são de facto permitidas e ainda estão suspensas, mas voltou a abrir ao público depois de uma vastíssima intervenção, adivinhe-se porquê, porque durante anos e anos estas instalações foram votadas ao desleixo, ao esquecimento, porque é fácil fazer uma obra e depois é mais difícil dar-lhe uma manutenção que é a que deve ser considerada a adequada. Portanto, houve obras neste Complexo, os sistemas de ar condicionado da piscina foram remodelados. Portanto, nestas três vertentes, no apoio ao Movimento Associativo, na requalificação dos espaços públicos e na promoção do nosso Concelho, nós temos aqui bons exemplos daquilo que é quebrar com um ciclo e com uma visão de passado que era miserabilista, e que no fundo não deixa de estar esgotada, bafienta e que corporiza aquela que é a visão da CDU para o Concelho, uma visão de passado. Não é isso que nós pretendemos. Aquilo que pretendemos é Almada virada para o futuro, uma Cidade onde todos possam viver, trabalhar e estudar, mas onde estejam também em segurança e são essas preocupações que este executivo já demonstrou por diversas vezes e ainda bem, isso deixa-nos a nós, muito mais descansados."

6.1.2.26 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, por mais que insista, em repetir continuamente, aquilo que é a defesa do Governo e da Câmara Municipal, há uma coisa que temos de lhe dizer: não passa a ser verdade pelo Senhor Deputado Municipal estar a dizer. Aliás, referiu-se relativamente à Junta de Freguesia e também lhe posso responder nessa qualidade, sabe perfeitamente se nós trazemos aqui os problemas, aliás, eu já percebi, em diversos contextos, tem alguma dificuldade em lidar com quem protesta e com quem reivindica. Aliás, tivemos aqui hoje presentes, duas Encarregadas de Educação, mães de alunos da Escola Maria Rosa Colaço, e também lhe podia dizer, referiu o Movimento Associativo, referiu o desporto de formação, ouçamos os técnicos, os clubes, o Movimento Associativo e aquilo que eles dizem. Portanto, aquilo que nós trazemos aqui são preocupações, não são alarmismos, porque de facto, o que o Senhor aqui traz é de quem não tem a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

responsabilidade e quem não está próximo daquilo que são os seus eleitores. E, portanto, quem está a assistir, certamente tirará as suas ilações e certamente se reverá mais naquilo que é a nossa posição e nas preocupações que nós aqui trazemos. Se nós aqui lhe dizemos, que obviamente, não prevíamos uma pandemia, ninguém o previa. Agora, temos é que encontrar soluções para a necessidade da parte dos nossos agrupamentos para dar resposta aquilo que é uma preocupação de todos.”

6.1.2.27 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não tenho dificuldade nenhuma em lidar com quem protesta, tenho é alguma dificuldade e temos todos no Partido Socialista, em lidar com quem só protesta. E quem faz do exercício da atividade autárquica um protesto constante, não é dessa forma que nós nos revemos e eu também sei que não é isso que os autarcas da CDU fazem. Atenção. Agora, quando nós transformamos o exercício como transformamos nesta Assembleia Municipal, o exercício de discussão da atividade Municipal, num desfile de protestos, coisas que nós sabemos que precisam de ser feitas, como é obvio, a questão da Escola Rosa Colaço, não tenha dúvida nenhuma, é para nós também uma preocupação. As crianças não podem estar nas condições em que estão, a situação tem que ser resolvida. Mas é uma situação que não vem sequer deste executivo e como sabe perfeitamente, o anterior executivo não lhe deu uma resposta adequada, este executivo está a tentar resolver o problema com as dificuldades que existem e que já existiam anteriormente. E, portanto, a dificuldade aqui, é com esta incapacidade. Agora, aquilo que nos causa também algum choque e compreendo que se estão a aproximar eleições e que as posturas vão sendo alteradas. Agora, querer retirar proveitos eleitorais de tudo, não deixa de ser politicamente imoral. Porque neste momento, aquilo que nós devíamos estar a fazer e não é só em Almada, era no país todo, era procurar que existissem convergências para que o país pudesse ultrapassar esta pandemia e a crise que vai resultar desta pandemia e que não tem nada a ver com este Governo, não tem nada a ver com este Município, tem a ver com aquilo que são as condições que existem na Europa e no mundo. E aquilo que nós assistimos, até por parte do PCP, não é só aqui em Almada, é também infelizmente no país, é que percebendo que tem maiores ganhos eleitorais não fazendo parte de nenhuma solução, coloca-se à parte daquelas que são as soluções que são absolutamente necessárias para o futuro do país. Portanto, se nós temos que escolher entre aquilo que são os interesses dos portugueses, interesses do país ou o nosso interesse partidário, nós aí temos uma opção clara, escolhemos o interesse do país. O PCP, nós já sabemos, que infelizmente, e por diversas vezes não o faz, eu pessoalmente tenho pena, porque acho que o Partido Comunista Português, é um parceiro, e é um parceiro com o qual o Partido Socialista se deveria entender até muito mais vezes. Agora, pondo em primeiro lugar os interesses nacionais e não os interesses partidários, não só os interesses nacionais, mas os interesses também dos Municípios de Almada e não os interesses partidários.”

6.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem do dia relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de frações habitacionais para realojamento de agregados familiares em situação de carência”.

6.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito rápida e sintética. Esta aquisição destas dez frações, vêm na sequência das cinco que foram adquiridas no final de 2019, prendem-se com um conjunto de fogos que estavam arrendados à Caixa Geral de Depósitos, entretanto a Caixa Geral de Depósitos vendeu a um fundo, o fundo que tem uma lógica diferente do mercado, que não aquela que estava instituída entre a Câmara Municipal e a Caixa Geral de Depósitos, começou a não renovar os contratos que estavam feitos entre a Caixa Geral de Depósitos e o Município. Portanto, o Município de Almada, encarando a situação de cada contrato não renovado, será um despejo e, portanto, garantindo e procurando garantir que isso não acontecesse, aquilo que encetou foi um diálogo com este fundo que tinha adquirido a dívida à Caixa Geral de Depósitos e num diálogo bastante profícuo, conseguiu-se por um lado, adquirir as casas por um valor que é em termos do mercado bastante aceitável e também com isso poupa 165.000.00€ (cento e sessenta mil euros) de rendas anuais. Portanto, aquilo que aqui vos propomos, pedindo que me dispensem de ler fração por fração, porque os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, têm na vossa



frente essas frações, é que a Câmara Municipal de Almada, no âmbito das suas competências, possa aprovar a aquisição de dez frações habitacionais, decorrente do exercício da opção de compra à FIIFAH ou a quem provar pertencer-lhe, sob condição de aprovação do ponto anterior, submeter à Assembleia Municipal a aquisição destas dez frações que é aquilo que aqui estamos a fazer.”

6.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores /as Deputados/as Municipais José Rocha (BE), Vítor Castanheira (PS) e Maria Luís Albuquerque (PSD)

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É evidente que a proposta que estamos a discutir, de aquisição de dez frações destinadas à habitação Municipal, só pode merecer o nosso apoio. No entanto, queríamos deixar aqui algumas notas que achamos importante. É bom que se entenda que o que esta aquisição faz, é impedir que os habituais arrendatários municipais sejam despejados e estes imóveis integrem o património municipal. Dizer que no oceano das necessidades habitacionais de Almada, esta é uma gota no sentido certo, mas não deixa de ser uma gota. É público o levantamento das necessidades de habitação no Concelho de Almada, que demonstram a incapacidade do Estado incluindo a Autarquia, de assegurar este direito fundamental no Concelho de Almada. Sendo um dos maiores municípios da Área Metropolitana de Lisboa, Almada sofre uma enorme pressão imobiliária e turística da Capital. E tem ainda, de realojar mais de oito mil agregados, dos quais mais de setecentos, vivem em barracas ou casas totalmente precárias. Conhecemos a estratégia local de mobilizar todos os recursos com a Lei de Bases da Habitação, os Municípios ganharam competências adicionais, com poder de intervir e condicionar operações urbanísticas privadas, de acordo com o cumprimento das metas habitacionais municipais definidas e está na hora também de avançar por aí. Infelizmente vamos viver uma crise económica e social de dimensões ainda desconhecidas. Impedir que essa crise agrave a crise de habitação no nosso concelho, impedir que a lista de espera de habitação municipal aumente, impedir que os territórios se gentrifiquem, é também uma responsabilidade da política municipal. Vamos continuar a defender uma política social de habitação no Concelho, que sirva o direito de todos, de quem vive nos bairros públicos e se sente abandonado, de quem quer arrendar casa e não consegue e de quem é despejado porque deixou de conseguir pagar a renda.”

6.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A habitação condigna, é um direito constitucionalmente reconhecido e por essa via, o Programa Especial de Realojamento, foi sem dúvida o expoente máximo da preocupação do Estado de acabar definitivamente, com a chaga social dos bairros de lata. Deixando aos Municípios a competência para a sua execução. Porém, casos houve em que os problemas que se pretendia erradicar ainda hoje persistem, e mais grave ainda, como todos sabemos, até se avolumaram significativamente. Assim, não podemos deixar de congratular este executivo, por ter definido como um dos seus propósitos de ação, precisamente a problemática da habitação social. Bem sabemos que em três anos de exercício não é humanamente possível recuperar um atraso tão grande. Mas as bases estão lançadas e com toda a segurança poderemos afirmar que já uma luz ao fundo do túnel. A proposta que é agora trazida à Assembleia Municipal para aprovação, enquadra-se precisamente na persecução deste desígnio. Com efeito, a Câmara Municipal de Almada e a Caixa Geral de Depósitos, celebraram um protocolo, no âmbito do qual o Município arrendou para fins sociais, trinta e nove frações habitacionais. O que em 2019, representavam um encargo anual de cerca de 165.000.00€ (cento e sessenta e cinco mil euros). Entretanto a Caixa Geral de Depósitos alienou este património a um fundo de investimento, o qual tinha uma lógica de gestão diferente, daquela que envolvia o protocolo inicial, trazendo consigo sérios riscos de despejo. Assim, aferindo as condições habitacionais e conjugando esta análise com a preocupação da boa gestão dos dinheiros públicos, porque a compra de todas as frações, seria manifestamente lesiva deste interesse, o Município num primeiro momento, em 2019, adquiriu oito dessas frações e vem agora trazer a proposta da aquisição de mais dez. Salienta-se que o investimento em 2019 foi de 550.000.00€ (quinhentos e cinquenta mil euros), valor negociado após uma proposta inicial de venda no montante de cerca de 600.000.00€ (seiscentos mil euros), e de igual



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

modo, também a presente proposta que implica um investimento de cerca de 700.000.00€ (setecentos mil euros), resultou de uma negociação que partiu de um valor de venda inicial de 1.000.000.00€ (um milhão de euros). Em síntese, este investimento permite ao Município, não só poupar o montante que teria de pagar em rendas, como ainda e acima de tudo, a manutenção das famílias aí realojadas. Casos socialmente muito complicados, numa habitação condigna. Em síntese, muito bem.”

6.2.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito brevemente também, para dizer que, tudo o que possa ser feito para contribuir e minorar o problema gravíssimo de habitação, das carências de habitação em Almada, deve ser feito. Este é um passo, um pequeníssimo passo, nós tivemos ocasião ontem de ouvir aqui falar uma munícipe que veio falar da falta de condições de habitabilidade, em que está com a sua família, e, portanto, não só temos muitas pessoas que não têm uma casa, como infelizmente temos muitas pessoas em casas da Câmara Municipal, mas que não têm condições dignas para viver nessas casas. Este é um problema imenso, que afeta a dignidade, a qualidade de vida, as oportunidades de todas essas famílias, tudo o que possa ser feito deve ser feito e há de facto, ainda muitíssimo a fazer. Este é um pequeno passo e o PSD votará favoravelmente esta proposta.”

6.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea i) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a aquisição de dez frações habitacionais, no valor global de € 770.500,00, decorrente do exercício de opção de compra ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional Cidades de Portugal - FIIFAH ou a quem provar pertencer-lhe, no estado em que se encontram, livres de ónus e encargos e completamente desocupados de pessoas e bens, com exceção dos subarrendatários Municipais, pela Câmara Municipal de Almada que se identificam:

1ª Fração autónoma designada pela letra “G”, correspondente ao 3º andar D, do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito na Rua Vila do Seixal nº 32, da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, inscrito na matriz predial urbana a artigo 1929 da referida Freguesia e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 3533, pelo valor de € 72.420,25 (setenta e dois mil quatrocentos e vinte euros e vinte e cinco cêntimos);

2ª Fração autónoma designada pela letra “D”, correspondente à C/V E do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito na Ilha do Príncipe, nº 3 da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, inscrito na matriz predial urbana a artigo 4008 da referida Freguesia e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 15912, pelo valor de € 54.911,50 (cinquenta e quatro mil novecentos e onze euros e cinquenta cêntimos);

3ª Fração autónoma designada pela letra “B”, correspondente à C/V Esq., do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito na Rua Duarte de Melo, n.º 14, da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, inscrito na matriz predial urbana a artigo 1921 da referida Freguesia e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 3549, pelo valor de € 49.775,92 (quarenta e nove mil setecentos e setenta e cinco euros e noventa e dois cêntimos);

4ª Fração autónoma designada pelas letras “AL”, correspondente ao 8º andar D do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito na Praceta Bento Moura nº 2, 2 A a 2 C, da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, inscrito na matriz predial urbana a artigo 1242 da referida Freguesia e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 2923, pelo valor de € 56.342,65 (cinquenta e seis mil trezentos e quarenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos);

5ª Fração autónoma designada pela letra “E”, correspondente ao 1º andar, Direito, do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito na Rua Fernão Lourenço, nº 3, da União de Freguesias de Almada,



Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, inscrito na matriz predial urbana a artigo 1159 da referida Freguesia e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 6301, pelo valor de € 38.460,00 (trinta e oito mil quatrocentos e sessenta euros);

6ª Fração autónoma designada pela letra "H", correspondente ao 3º andar Direito do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito na Rua da Boa Nova, nº 3, da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, inscrito na matriz predial urbana a artigo 581 da referida Freguesia e descrito na 2ª Conservatória do Registo predial de Almada sob o nº 1831, pelo valor de € 73.366,87 (setenta e três mil trezentos e sessenta e seis e oitenta e sete cêntimos);

7ª Fração autónoma designada pela letra "U", correspondente ao 2º andar G do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito na Rua Gil Eanes, Bloco G, da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, inscrito na matriz predial urbana a artigo 3955 da referida Freguesia e descrito na 1ª Conservatória do Registo predial de Almada sob o nº 736, pelo valor de € 47.370,00 (quarenta e sete mil trezentos e setenta euros);

8ª Fração autónoma designada pela letra "W", correspondente ao 7º andar B do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito no Rua dos Três Vales nº 32, da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, inscrito na matriz predial urbana a artigo 5068 da referida Freguesia e descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 2874, pelo valor de € 49.717,00 (quarenta e nove mil setecentos e dezassete euros);

9ª Fração autónoma designada pela letra "K", correspondente ao 3º andar Direito, do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito na Rua das Flores (Quinta de Santo Amaro), nº 7, da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, inscrito na matriz predial urbana a artigo 878 da referida freguesia e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o n.º 22608, pelo valor de € 72.515,70 (setenta e dois mil quinhentos e quinze euros e setenta cêntimos);

10ª Fração autónoma designada pelas letras "AD", correspondente ao 5º andar C do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito no Rua da Bela Vista n.º 92, da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, inscrito na matriz predial urbana a artigo 4971 da referida Freguesia e descrito na 1ª Conservatória do Registo predial de Almada sob o n.º 3021, pelo valor de € 53.670,00 (cinquenta e três mil seiscentos e setenta euros).

7 – Tendo-se atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00h 30m, deu-se por concluída esta reunião, dando-se continuidade à sessão ordinária da Assembleia Municipal de setembro de 2020 em data a acordar pelos Senhores Deputados Municipais Coordenadores dos Grupos Municipais com o Senhor Presidente da Assembleia.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Cuvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Lina Gonzalez, Joaquim Judas, António Matos, Rui Jorge Martins, Tiago Galveia e Luís Filipe Pereira.

9 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 20 Senhores Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA

